

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ-UNIFESPA  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ  
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

RENILDA MORAES DE CARVALHO

**OS CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA SECRETARIA  
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SEMED) NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA  
APRENDIZAGEM DOS ALUNOS PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO  
MUNICÍPIO DE MARABÁ/PARÁ**

MARABÁ-PA  
2013

RENILDA MORAES DE CARVALHO

**OS CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA SECRETARIA  
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SEMED) NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA  
APRENDIZAGEM DOS ALUNOS PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO  
MUNICÍPIO DE MARABÁ/PARÁ**

Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) apresentado ao colegiado do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências da Educação (FACED) da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário de Marabá, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de licenciatura em Pedagogia.

MARABÁ/PARÁ  
2013

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

**(Biblioteca Josineide Tavares, Marabá-PA)**

---

Carvalho, Renilda Moraes de.

Os critérios e procedimentos adotados pela secretaria municipal de educação (SEMED) no processo de avaliação da aprendizagem dos alunos público alvo da educação especial no município de Marabá. / Renilda Moraes de Carvalho ; Orientador, Vanja Elizabeth Sousa Costa Oliveira. – 2013.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) Universidade Federal do Pará, Faculdade de Educação, 2013.

1. Educação inclusiva – Marabá, (PA). 2. Educação especial – Marabá, (PA). 3. Avaliação da aprendizagem - Marabá, (PA). I. Título.

CDD - 22 ed.: 371.9098115

---

**RENILDA MORAES DE CARVALHO**

**OS CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA SECRETARIA  
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SEMED) NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA  
APRENDIZAGEM DOS ALUNOS PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO  
MUNICÍPIO DE MARABÁ/PARÁ**

Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) apresentado ao colegiado do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências da Educação (FACED) da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário de Marabá, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de licenciatura em Pedagogia.

**Defesa pública em:** Marabá- PA, \_\_\_\_\_ de Dezembro de 2013.

**Banca Examinadora:**

---

**Profª. Msc. Vanja Elizabeth Sousa Costa**  
**Orientadora**  
**UFPA- Campus Universitário de Marabá**

---

**Profª. Msc. Lucélia Cardoso Cavalcante Rabelo**  
**Membro**  
**UFPA- Campus Universitário de Marabá**

---

**Profª. Especialista Lúcia Cristina Gomes dos santos**  
**Membro**  
**UFPA- Campus Universitário de Marabá**

Marabá-PA

2013

*Dedico este trabalho primeiramente a Deus, meu protetor, amigo fiel e eterno guia que sempre me conforta em todos os momentos e que me deu força e sabedoria para a realização deste trabalho.*

*A minha família em especial ao meu pai José F. de Carvalho e a minha mãe Odete Moraes, que sempre se preocuparam comigo e sempre me deram forças para prosseguir. Tudo o que tenho conquistado é graças ao apoio de você, me sinto muito grata e abençoada por tê-los em minha vida.*

*Aos meus irmãos (Renata, Divino, Marcos e Railda) que sempre estiveram presentes em minha vida e que são muito especiais para mim. Amo vocês.*

*Especialmente ao meu esposo Marcelo Alves, pelo esforço e incentivo. Agradeço pelo seu apoio durante a realização deste trabalho. Obrigada por estar presente em minha vida, sempre me ouvindo e me apoiando, não se importando com as circunstâncias.*

## **AGRADECIMENTOS**

*Agradeço a Deus por me conceder o dom da vida e por ter me concedido sabedoria para a realização desse trabalho.*

*A toda minha família que sempre esteve comigo e que me deu apoio nos momentos mais difíceis dessa caminhada.*

*A minha orientadora professor Msc. Vanja Elizabeth Sousa Costa, que sempre foi dedicada ao ensino e que não mediu esforços na elaboração desse trabalho.*

*Aos professores e colegas do curso de pedagogia que estiveram presentes nessa etapa tão importante da minha vida, bem como todos os colegas que caminharam comigo durante essa jornada. Vou sentir muitas saudades.*

*A todos os professores que aceitaram em participar dessa pesquisa. Vocês foram peças fundamentais para a elaboração desse trabalho.*

*O temor do Senhor é o princípio da ciência;  
Os loucos desprezam a sabedoria e a instrução.  
(Pv. 01;07)*

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	11
1.1 Passos da Pesquisa .....	16
<b>2. BREVES APONTAMENTOS SOBRE A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR</b> .....	21
2.1 Discutindo a Avaliação da Aprendizagem Escolar em uma Perspectiva Inclusiva.....	23
2.2 Critérios e Procedimentos de Avaliação.....	29
<b>3. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS</b> .....	33
3.1 Apresentação dos dados da Pesquisa.....	34
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	81
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	84
<b>BIBLIOGRAFIA CONSULTADA</b> .....	87
<b>APÊNDICES</b> .....	88
<b>ANEXOS</b> .....	94



## RESUMO

A presente pesquisa aborda o tema da avaliação da aprendizagem com foco na avaliação dos alunos público alvo da educação especial. O objetivo geral desse estudo constituiu-se em investigar de que forma tem sido pensada e executada a avaliação da aprendizagem dos alunos público alvo da educação especial na rede pública Municipal de Marabá/Pará. Diante desse contexto e de forma mais específica verificou-se de que maneira vem sendo desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) os critérios e procedimentos no processo de avaliação da aprendizagem dos alunos público alvo da educação especial, bem como conhecer as dificuldades que os professores da sala regular encontram ao avaliar a aprendizagem desses alunos. A partir de uma abordagem qualitativa da educação utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental, além do estudo de caso, onde realizamos pesquisa de campo na Secretaria Municipal de Educação (SEMED) mais especificamente o departamento de educação especial e em quatro escolas da rede municipal. Como sujeitos participaram cinco professores do ensino comum e cinco alunos público alvo da educação especial. Como procedimentos de pesquisa foram utilizados a entrevista semiestruturada com a coordenadora do departamento de educação especial e com os referidos professores, e a observação direta nas quatro escolas. Os dados foram apresentados e analisados subsequentemente. Considerando os resultados da pesquisa constatamos que, a SEMED não tem explicitado para os professores do ensino comum quais os critérios e procedimentos para avaliação dos alunos público alvo da educação especial e que as dificuldades encontradas por esses professores refletem justamente na falta de clareza em relação ao que avaliar e como avaliar esses alunos, além disso, constatamos que esses professores não tem recebido cursos de formação continuada acerca da inclusão e avaliação desses alunos, uma vez que essas formações estão voltadas somente para os professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Acreditamos que a SEMED do município de Marabá-Pará precisa rever essa situação e proporcionar a esses alunos uma educação com mais qualidade, onde suas especificidades sejam atendidas, respeitadas e valorizadas.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva, Avaliação da Aprendizagem Escolar, Alunos público alvo da educação especial, Ensino comum.

## **ABSTRACT**

This research addresses the issue of learning evaluation focused on assessing the target audience of special education students . The general objective of this study consisted in investigating how has been designed and executed learning assessment of students target audience of special education at Public Maraba / Para . Given this context and more specifically it was found that way has been developed by the Municipal Education ( SEMED ) criteria and procedures for assessing students ' learning target audience of the special education process and know the difficulties that room teachers regularly meet to evaluate the learning of these students . From a qualitative approach to education used as a methodology to bibliographic and documentary research , in addition to the case study , where we conducted fieldwork in Municipal Education ( SEMED ) more specifically the department of special education and four municipal schools . As subjects participated in five teachers teaching five common target audience of special education students . As the research procedures semistructured interview with the coordinator of special education teachers and those department , and direct observation in the four schools were used . The data were presented and analyzed subsequently . Considering the results of the research found that the SEMED has not explained to the teachers of the common teaching that the criteria and procedures for evaluating the target audience of special education students and the difficulties encountered by these teachers reflect precisely the lack of clarity in relation to to assess and how to assess these students , in addition, we found that these teachers have not received continuing education courses about inclusion and assessment of these students , since these formations are only geared for teachers of specialized educational services ( ESA ) . We believe that SEMED the city of Maraba. Para need to review this situation and to provide these students an education with more quality where their specificities are met , respected and valued .

**Keywords :** Inclusive Education , Evaluation of School Learning , Students target audience of special education and common education .

## CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

As temáticas sobre a avaliação têm sido muito exploradas no campo da educação escolar, sendo esta, parte integrante do processo educativo, tema bastante recorrente em estudos no âmbito educacional tendo se apresentado como um dos componentes curriculares de maior importância dentro do processo educativo. Na escola, a avaliação deve ter como finalidade dar um juízo de valor, o que significa uma afirmação qualitativa sobre um dado objeto, sendo este satisfatório o quanto mais se aproximar do ideal estabelecido.

Entende-se por avaliação da aprendizagem a verificação do aprendizado realizado pelo aluno, pois ao mesmo tempo em que fornece subsídios ao trabalho docente possibilita a tomada de decisão e a melhoria da qualidade de ensino. A avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente no trabalho docente, a qual deveria acompanhar os avanços dos alunos no processo de ensino e aprendizagem.

Podemos perceber que a avaliação da aprendizagem é um elemento do processo de ensino que visa através da verificação e qualificação dos resultados obtidos, verificar se os objetivos propostos foram alcançados, para, a partir daí orientar e tomar decisões. Nesse sentido, compreende-se que a avaliação é um processo, sendo assim, não poderia ser vista e compreendida em uma etapa isolada. Enquanto classificatória, a avaliação não tem a finalidade de auxiliar na reflexão sobre a prática e retornar a ela, mas sim, como um meio de julgar a prática e torná-la estratificada.

De acordo com Luckesi (2002) *apud* Santos e Varela (2007, p. 02) “a avaliação diferente da verificação envolve um ato que ultrapassa a obtenção da configuração do objeto, exigindo decisão do que fazer com ele. A avaliação é uma ação que “congela” o objeto, já a avaliação direciona uma ação”. No seio da educação escolar a avaliação da aprendizagem é uma necessidade, tanto do professor, quanto do aluno. Depresbiteris (1989, p. 45) afirma que a “avaliação permite ao professor adquirir os elementos de conhecimento que o torne capaz de situar do modo mais correto e eficaz possível a ação de estímulo, de guiar ao aluno e em que aspectos ele deve melhorar”.

No âmbito da educação inclusiva a avaliação da aprendizagem dos alunos considerados público alvo da educação especial<sup>1</sup> tem sido alvo de inúmeros estudos e pesquisas, sabendo que a presença de alunos com necessidades educacionais especiais no

---

<sup>1</sup> Na perspectiva da educação inclusiva (BRASIL, 2008, p. 15) a educação especial passa a constituir a proposta pedagógica da escola, definindo como seu público-alvo os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nesse trabalho utilizaremos: alunos público alvo da educação especial e alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

ensino regular pode tensionar ainda mais as dúvidas e inquietações acerca da avaliação da aprendizagem escolar. Compreendendo que atualmente as escolas têm sido desafiadas a identificar e desenvolver as capacidades dos alunos público alvo da educação especial torna-se imprescindível colocar em pauta discussões sobre a avaliação escolar desses alunos.

A referente pesquisa traz como tema a avaliação da aprendizagem escolar com foco na avaliação da aprendizagem dos alunos público alvo da educação especial, compreendendo que a avaliação não deve se resumir apenas em atribuição de notas e/ou conceitos como muitos pensam e/ou praticam. A avaliação da aprendizagem precisa ir muito além dos aspectos citados anteriormente, afinal ela é considerada como um componente de extrema importância no contexto educacional que deveria conduzir os educadores a uma tomada de decisão sobre o indivíduo que está sendo avaliado.

De acordo com Luckesi (2005 p. 25) uma das principais funções da avaliação “seria garantir a construção da aprendizagem satisfatória” possibilitando uma qualificação da aprendizagem do educando, subsidiando a decisão da melhoria da aprendizagem, assim sendo a avaliação seria uma oportunidade de aprendizagem significativa.

Observa-se então que o objetivo da avaliação é qualificar e não classificar os alunos. Além disso, precisa estar presente durante todo o processo educacional e não somente em períodos específicos. Para que a avaliação escolar assuma essa característica de qualificar o educando ela não deve ser classificatória. Nesse caso as escolas precisam desenvolver uma prática de avaliação que possibilite o processo de aprendizagem dos alunos, considerando a ideia de Teixeira e Nunes (2010, p. 37) de que devemos:

Entender o sentido da avaliação, o “como” e “para que” avaliar interfere intermitentemente no tipo de sujeito que se quer formar, tendo em vista uma avaliação formativa que preconiza uma competência questionadora (re) construtiva e não a simples produção de saberes e fazeres. Isto faz com que se incorpore no ato avaliativo o desafio e superar as dificuldades de aprendizagem e de desenvolvimento de cada educando.

Nesse momento da educação, em que estamos vivenciando o processo da inclusão escolar, faz-se necessário que as instituições de ensino, bem como os profissionais da educação não façam uso da avaliação como uma forma de classificação, a fim de que os alunos público alvo da educação especial tenham suas especificidades respeitadas, mas que também sejam sujeitos participantes do processo de ensino.

A Declaração de Salamanca<sup>2</sup> (1994), e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, asseguram que os alunos com necessidades educacionais especiais devem ter acesso preferencialmente na rede regular de ensino. Para tanto, o documento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) direciona o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação que são considerados público alvo da educação especial nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais.

Diante da proposta citada acima nota-se que os alunos público alvo da educação especial devem ser escolarizados na sala regular de ensino, logo os professores dessas classes regulares precisam saber de que forma irão avaliar a aprendizagem escolar desses alunos. Portanto, as políticas educacionais em uma perspectiva inclusiva orientam os sistemas de ensino afim de que possam desenvolver estratégias para acolher os alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino. O Referencial sobre a avaliação da aprendizagem na área da deficiência intelectual (2008 p.16) enfatiza que “em uma perspectiva inclusiva a entrada do aluno com deficiência proporciona um momento diferenciado para a educação, na medida em que possibilita um processo de criação pedagógica, novos procedimentos de ensino, novas estratégias metodológicas”.

A inclusão dos alunos público alvo da educação especial na rede regular de ensino tem sido um tema bastante discutido nos dias atuais, tendo em vista os desafios que esta tem apresentado para a comunidade escolar e para a sociedade. Essa discussão sobre a avaliação da aprendizagem nos mostra a necessidade de que se reflita sobre as formas e alternativas de avaliação que vem sendo desenvolvida atualmente nas redes de ensino.

A escolarização de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação no ensino comum é uma proposta inovadora que evidencia que estamos vivendo um momento histórico da educação brasileira, momento este que denominamos de inclusão escolar.

No que se refere à avaliação desses alunos Oliveira e Sampaio (2005, p.05) afirmam que a “avaliação da aprendizagem de alunos com deficiência<sup>3</sup> tem se tornado muito complexa

---

<sup>2</sup> A Declaração de Salamanca é resultado da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, realizada entre 07 e 10 de junho de 1994, na cidade espanhola de Salamanca, a qual trata de princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais.

<sup>3</sup> Esta não é a nomenclatura adotada pela atual Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008), no entanto este é o conceito utilizado pelas autoras citadas, por essa razão optamos por mantê-lo.

devido às necessidades individuais dos alunos e seu desenvolvimento diferenciado”. Para acolher e avaliar esses alunos em uma perspectiva inclusiva precisa se levar em conta suas limitações, no entanto devemos nos atentar para suas potencialidades, sabendo que cada um possui suas especificidades.

Durante muito tempo as pessoas consideradas *diferentes*, foram colocadas as margens da sociedade e conseqüentemente alheia ao processo educativo. Alunos que apresentavam deficiência eram atendidos separadamente dos ditos normais, quando não eram simplesmente excluídos do processo educativo, isso ocorria porque a sociedade sempre se baseou em padrões de normalidade, assim se o indivíduo não era considerado normal ele era excluído do convívio social. No que diz respeito à educação especial, quando existente, mantinha essas pessoas separadas. Nesse sentido ao longo da história da humanidade, a trajetória do indivíduo com deficiência foi marcada por preconceitos e exclusão, mas também por lutas para que lhes fossem garantidos os direitos de cidadãos.

O processo de inclusão escolar foi marcado por uma história de lutas das minorias excluídas, que acreditavam e defendiam os direitos das pessoas com deficiência as quais viviam segregadas em instituições de serviços, com o objetivo de abrigar, proteger e cuidar, no entanto isso fazia com que esses indivíduos fossem excluídos do contexto social. Essa seria uma tentativa primeira de tratar a deficiência. A institucionalização foi duramente questionada e criticada, pois os indivíduos com deficiência eram tratados de forma desumana, longe do convívio social.

As instituições asilares e de custódia, segundo Aranha (2001) *apud* Fernandes (2011p. 04) eram vistas como ambientes segregados, denominados Instituições Totais. Elas constituíram o primeiro paradigma formal adotado na caracterização da relação sociedade e deficiência: o Paradigma da Institucionalização. Esse paradigma foi caracterizado, portanto, pela criação de instituições para abrigar os deficientes.

Conforme destaca Fernandes (2011 p. 07), o séc. XX foi marcado por mudanças de paradigmas, trazendo consigo avanços para os indivíduos com deficiência, principalmente no que se refere a ajuda técnica como as cadeiras de rodas, bengalas, sistema de ensino para cegos e surdos etc. A conscientização dos direitos humanos e da necessidade da participação e integração na sociedade de uma maneira ativa se fez presente no referido século, além disso, alguns estudos sobre a deficiência marcaram uma grande mudança em relação aos indivíduos com deficiência. Percebemos que um longo caminho foi percorrido entre a exclusão e a inclusão.

A partir do paradigma de educação inclusiva esses alunos devem agora não apenas estar dentro da escola, mas serem participantes do processo educativo, porém percebe-se que várias são as dificuldades encontradas pelos alunos que são o público alvo da educação especial durante sua escolarização. Assim, podem se deparar com vários problemas que possivelmente afetará sua aprendizagem. A avaliação escolar pode ser um desses problemas. Sabendo também que não é uma dificuldade encontrada apenas por alunos, mas também por professores, que na sua maioria se sentem despreparados para atender os alunos público alvo da educação especial.

Diante do que foi exposto sobre o que diz respeito a avaliação da aprendizagem escolar, percebemos a importância em realizar uma pesquisa sobre a avaliação da aprendizagem escolar dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, levantando o seguinte questionamento: De que forma tem sido pensada e executada a avaliação da aprendizagem escolar dos alunos com deficiência na rede pública municipal de Marabá-Pará?

Assim, meu interesse pela temática iniciou em junho de 2011, quando realizamos uma pesquisa em uma escola da rede pública municipal, com objetivo de observar a prática pedagógica do professor em relação ao aluno com deficiência. Ficamos por alguns dias na sala de recursos observando a prática da professora. Realizamos entrevista com a mesma, que me relatou as dificuldades encontradas por ela e também pelos alunos. Os alunos frequentavam a Sala de Recursos às vezes no contra turno ou então simultaneamente ao horário da sala comum.

Sabendo que os alunos considerados público alvo da educação especial frequentavam a sala comum comecei a pensar como os professores dessas salas avaliavam a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, e quais os critérios e procedimentos utilizados.

Posteriormente participei do Núcleo de Educação Especial (NEES), do curso de Pedagogia/UFGA Campus Universitário de Marabá/PA. Nesse período realizamos leituras na área, e confeccionamos algumas atividades destinadas aos alunos com deficiência visual. Durante essa participação no núcleo foi possível adquirir mais conhecimentos acerca da escolarização dos alunos público alvo da educação especial. Daí em diante veio o anseio de desenvolver este estudo nessa temática, tendo em vista a importância da avaliação da aprendizagem escolar no processo de aprendizagem dos alunos.

A avaliação da aprendizagem escolar é muitas vezes pensada e/ou praticada de forma equivocada por professores e pelos alunos, pois ambos podem ficar confusos acerca do que

está sendo avaliado. Diante desse impasse, creio que essa pesquisa foi muito importante para identificarmos de que maneira vêm sendo pensada e desenvolvida a avaliação da aprendizagem dos alunos público alvo da educação especial e quais os critérios e os procedimentos que estão sendo desenvolvidos em nosso município, para avaliá-los. Importante também para identificarmos como os professores da sala regular de ensino avaliam esses alunos e quais são as principais dificuldades que encontram durante esse processo.

Sabendo que a avaliação representa um dos pontos vitais para o alcance de uma prática pedagógica, acredito que esse trabalho pode ser importante no sentido de tentar esclarecer melhor a comunidade escolar acerca da avaliação da aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, no intuito de que não façam uma avaliação equivocada desses alunos, mas que possam conhecer e respeitar as características e especificidades de cada educando.

Ainda temos poucos estudos sobre o processo de avaliação que se praticam nas escolas em nossa região, principalmente no que se refere aos alunos público alvo da educação especial. Sendo assim, a pesquisa pode ainda contribuir para a realização de outros estudos na área, bem como sua aplicação nas salas de ensino comum, onde esses alunos passaram a ter acesso garantido em lei.

Para alcançarmos possíveis resultados em relação à problemática em questão estabelecemos como objetivo geral, verificar de que maneira vêm sendo desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação de Marabá-Pará os critérios e procedimentos de avaliação da aprendizagem escolar para alunos público alvo da educação especial, bem como identificar as dificuldades dos professores da sala comum no que diz respeito ao processo da avaliação da aprendizagem de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação.

## **1.1 Passos da pesquisa**

A presente pesquisa realizou uma abordagem qualitativa, no sentido de que essa abordagem é muito utilizada em pesquisas educacionais, nessa linha, Godoy (1995) afirma que a pesquisa qualitativa possui o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como fonte fundamental. Para Minayo (1994) a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, este tipo de abordagem se preocupa com um nível de realidade



que não pode ser quantificado. A abordagem qualitativa para esta autora trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, valores e atitudes, correspondendo a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Devido uma necessidade em relação a um universo muito extenso de escolas e por centralizarmos nosso problema em um único órgão (SEMED), decidimos por utilizar como metodologia a pesquisa por amostragem, no sentido de responder ao objetivo da pesquisa que era conhecer de que forma tem sido pensada e executada a avaliação da aprendizagem dos alunos público alvo da educação especial no município de Marabá/PA.

De acordo com Marconi e Lakatos (1986 p.37) a “Pesquisa por Amostragem pode ser utilizada quando se deseja colher informações sobre um ou mais aspectos de um grupo grande ou numeroso, quando se torna praticamente impossível fazer um levantamento do todo, daí surge à necessidade de se investigar apenas uma parte dessa população ou o universo”. Sendo assim, como o foco da nossa pesquisa é investigar um fenômeno que ocorre em toda a rede de escolas do município de Marabá/PA, não foi possível fazer um levantamento do todo, assim selecionamos apenas 04 (quatro) escolas do núcleo Cidade Nova como amostra.

A escolha pelas escolas se deu a partir de documentos cedidos pela SEMED, no qual verificamos os índices de matrícula dos alunos públicos alvo da educação especial por escola no núcleo Cidade Nova. Posteriormente fomos às escolas para fazer o contato inicial e saber se aceitavam fazer parte da pesquisa. Em uma das escolas foram selecionadas duas turmas, devido o fato de não termos encontrado os alunos público alvo da educação especial que queríamos observar em outras escolas. Apesar de termos em mãos os documentos da SEMED que apresentavam os quadros de deficiência por escolas, constatamos que nem sempre os dados contidos nos documentos coincidiam com os da realidade.

Para tanto, denominamos essas escolas de<sup>4</sup> A, B1, B2, C e D. A escolha pelo núcleo Cidade Nova se deu devido o fato de termos 04 (quatro) escolas para pesquisarmos e acreditamos que seria mais possível no referido núcleo, além disso, os documentos que a SEMED nos forneceu nos revelou a quantidade de alunos público alvo da educação especial matriculados na sala regular no referido núcleo, assim acreditamos que a pesquisa se tornaria mais possível de ser realizada.

---

<sup>4</sup> As referidas escolas localizam-se nos respectivamente nos seguintes bairros do Núcleo Cidade Nova: Novo Horizonte, Belo Horizonte, Laranjeiras e Liberdade.

O estudo de caso também se fez necessário, pois como citado anteriormente selecionamos 04 (quatro) escolas que continham alunos público alvo da educação especial inseridos em salas regulares para serem pesquisadas por um determinado período de tempo, nesse sentido, Severino (2007 p. 121) afirma que a “pesquisa nesse método se concentra no estudo de um caso particular, considerado representativo de um conjunto de casos análogos, por ele significativamente representativo”. Dessa forma, selecionamos 05 (cinco) casos diferentes, logo cada escola participante da pesquisa apresenta um caso específico.

Já a revisão bibliográfica e documental também foram necessárias, uma vez que recorreremos aos trabalhos científicos de alguns autores que abordavam a temática, bem como alguns documentos legais e os documentos oficiais fornecidos pelo Ministério da Educação (MEC) que orientam acerca da escolarização dos alunos público alvo da educação especial em uma perspectiva inclusiva. Além disso, foi necessária a análise dos documentos legais acerca do fenômeno estudado e dos documentos fornecidos pela SEMED. Nessa pesquisa o fenômeno estudado se refere aos critérios e os procedimentos de avaliação da aprendizagem adotados pela SEMED para avaliar os alunos público alvo da educação especial no município de Marabá/PA.

Quanto aos documentos específicos da SEMED analisados<sup>5</sup> foram cedidos pela coordenadora do departamento de educação especial. Foram eles: índice de deficiência por escola no núcleo Cidade Nova, relatório de observação das necessidades educacionais especiais em sala comum, lista das escolas do núcleo Cidade Nova que possuem sala de recurso e o total de aluno por escola, plano individual de Atendimento Educacional Especializado (AEE), relatório do processo avaliativo do aluno com deficiência matriculado na rede regular de ensino.

Nosso objetivo com esses documentos foi verificar e analisar os critérios e os procedimentos de avaliação que vem sendo estabelecidos no município de Marabá/PA para os alunos público alvo da educação especial. Posteriormente eles nos serviram de base para a orientação da pesquisa e consequentemente para a seleção das escolas pesquisadas.

A fim de obtermos os dados necessários optamos por utilizarmos como técnica de pesquisa, a observação, com intuito de observar como os professores avaliavam a aprendizagem dos alunos público alvo da educação especial e quais as principais dificuldades que os professores da sala regular manifestam em relação à avaliação desse público. Segundo

---

<sup>5</sup> A coordenadora do Departamento de Educação Especial do município de Marabá alegou que por se tratarem de documentos públicos teríamos que assinar um termo de responsabilidade a fim de que não utilizássemos para outros fins que não fosse à realização do trabalho de conclusão do curso.

Severino (2007 p. 125) a observação “permite acesso aos fenômenos estudados” sendo ainda uma etapa imprescindível em qualquer tipo ou modalidade de pesquisa. Vianna (2007 p.12) também afirma que “a observação é uma das mais importantes fontes de informações em pesquisas qualitativas em educação, sem a acurada observação, não há ciência”. A observação foi realizada a partir da elaboração de um Protocolo elaborado a partir dos objetivos que se pretendia alcançar.

Utilizamos também como procedimento de pesquisa a entrevista semiestruturadas com a coordenação responsável pela educação especial na SEMED e com os professores das salas comuns da rede pública municipal das escolas selecionadas para a pesquisa que possuíam alunos público alvo da educação especial matriculados. A entrevista se tornou importante na pesquisa, pois de acordo com Moroz (2002 p. 67) “a entrevista tem a vantagem de envolver uma relação pessoal entre o pesquisador/sujeito, o que facilita um maior esclarecimento de pontos nebulosos”.

Para a realização da entrevista foi elaborado primeiramente um roteiro que continham questões que possibilitassem a obtenção dos dados para que pudéssemos então compreender o objeto em estudo.

Durante o período da coleta de dados foram utilizados alguns instrumentos relacionados a seguir:

- ❖ Diário de Campo para anotações referentes às observações realizadas.
- ❖ Gravador para as entrevistas que foram transcritas e analisadas.
- ❖ Roteiro de entrevista destinado a Coordenadora o Departamento de Educação Especial no Município de Marabá/Pará.
- ❖ Roteiro de entrevista destinado a professores da sala regular
- ❖ Protocolo de Observação
- ❖ Documentos cedidos pela SEMED (Departamento de Educação Especial)

Essa pesquisa está organizada em 03 (três) capítulos que estão sistematizados da seguinte forma: O primeiro capítulo compõe a introdução do trabalho realizado, conforme vem sendo apresentada e tem o objetivo de situar o leitor sobre a temática da avaliação da aprendizagem escolar, posteriormente apresentarmos os passos que constituíram a pesquisa.

No segundo capítulo, abordamos primeiramente o tema da avaliação da aprendizagem de uma forma mais geral, para posteriormente apresentarmos a avaliação da aprendizagem

escolar em uma perspectiva inclusiva, apresentando seus aspectos, bem como alguns procedimentos de avaliação que podem auxiliar o professor da sala regular durante o processo de avaliação dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação.

No terceiro capítulo, apresentaremos os resultados da pesquisa de campo que estão organizados em 11 (onze) quadros representativos que dispõem de categorias de análises. Posteriormente, as análises serão apresentadas subsequentemente aos quadros representativos, a partir dos estudos teóricos sobre a avaliação da aprendizagem em uma perspectiva inclusiva.

Por fim, apresentaremos nossas considerações finais a partir dos elementos que constituíram nossas análises, expondo nossas análises em relação à forma que vem sendo pensada e executada a avaliação da aprendizagem dos alunos público alvo da educação especial na rede pública municipal de Marabá/PA.

## **CAPÍTULO 2: ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR**

Todas as atividades desempenhadas pelos homens são objeto de avaliação, seja propositadamente ou não, mas sempre sujeitas ao julgamento, à comparação, apenas para tirar uma conclusão ou para tomar uma decisão com base em critérios sistematizados. Até mesmo na execução das ações mais simples do cotidiano a avaliação aparece de forma quase que espontânea ou naturalizada, como meio para acertar o percurso do caminho para garantir que seja concluído conforme nosso desejo. (BACKES, 2010 p. 01).

No contexto escolar, a avaliação da aprendizagem precisa se constituir em uma prática pedagógica intencional e organizada, onde os educadores tenham clareza sobre quais os objetivos que pretendem atingir. Compreendemos que a avaliação da aprendizagem precisa ser um processo, dessa forma, ela não pode ser realizada apenas em um momento isolado.

De acordo com Backes (2010, p.04) a literatura destaca quatro concepções pedagógicas e suas respectivas relações com os significados de avaliação. São elas a concepção de avaliação representada pelos exames; a concepção de avaliação como instrumento para classificação e regulação do desempenho do educando, ambas dentro da Pedagogia Tradicional; a concepção que se utiliza da avaliação como medida a qual prevaleceu durante a Pedagogia Tecnista e, por fim, a concepção qualitativa da avaliação a qual surgiu como reação aos modelos e práticas avaliativas utilizados nas concepções tecnicista e quantitativa, com base nas Pedagogias Críticas.

Infelizmente temos visto através de alguns estudos que nas escolas a avaliação da aprendizagem tem servido para a manutenção da classificação, por meio de provas, exames e obtenção de notas, com a pretensão de verificar aprendizagem ou competências através de medidas, de quantificações. Esse tipo de avaliação pressupõe que as pessoas aprendam do mesmo modo, nos mesmos momentos, e tenta evidenciar competências isoladas. Sendo assim, pessoas que possuem maiores condições de aprender, irão aprender sempre mais e melhor, no entanto, pessoas que possuem outras características que não venham a atender o esperado pela comunidade escolar, tendem a aprender cada vez menos, sendo assim excluídos do processo educativo.

Lamentável é que, quando um aluno fracassa na avaliação esse insucesso é atribuído somente a ele e não ao professor e ao sistema de avaliação. Nesse sentido, destacamos que a

avaliação não é somente para avaliar o aluno, mas também o professor. Se houve insucesso, ele não pode ser atributo somente ao aluno.

Nota-se que muitos professores confundem o ato de avaliar a aprendizagem do aluno com o de tirar uma medida, como se o conhecimento pudesse ser medido. O professor tem um papel fundamental na avaliação da aprendizagem, para tanto ele precisa saber o que está avaliando? Porque está avaliando? Qual a finalidade de avaliar? Sabendo que a educação é um direito de todos, os processos avaliativos das escolas não pode assumir um caráter excludente, pelo contrário, a avaliação deveria assumir um caráter inclusivo, pois mesmo as pessoas que não são consideradas público alvo da educação especial possuem suas especificidades, cabendo à escola trabalhar em cima das características individuais, para que todos tenham o direito a uma educação igualitária.

De acordo Backes (2010 p. 04) a “avaliação utilizada para classificação por meio de atribuições de notas é uma concepção de avaliação tradicional, a qual pouco fornece informações sobre o conhecimento adquirido”. Uma avaliação que procura conhecer e compreender os indivíduos em suas especificidades precisa deixar de ser quantitativa e passar a ser qualitativa. Para que a avaliação da aprendizagem escolar assuma um caráter qualitativo é preciso que leve em consideração todo o processo de ensino.

Nesse sentido da avaliação a obra de Luckesi (2005) *Avaliação da Aprendizagem Escolar* é de extrema importância para conhecermos e compreendermos a forma como a avaliação vem sendo pensada e executada no âmbito educacional. A obra desse autor aborda a avaliação da aprendizagem escolar em um contexto mais geral, no entanto imprescindível para que nos aprofundemos no tema. De acordo com esse autor a avaliação está a serviço de uma pedagogia dominante, seguindo um modelo de sociedade e de educação pensada para as massas, contribuindo para a seletividade social.

A avaliação se manifesta de forma autoritária, agressiva, oprimindo os alunos que acabam sendo vítima desse processo. Porém mesmo com a agressividade, desigualdade e angústia que ela causa, percebe-se que os alunos e a comunidade escolar acabam internalizando a avaliação como meio pelo qual se pode passar de ano, se sobressair sobre o outro colega etc., ou seja, nesse contexto a avaliação se resume a atribuições de notas, “medindo” o conhecimento dos alunos e posteriormente classificando-os e rotulando-os como excelentes, bons, regular e insuficiente, como se o conhecimento pudesse de alguma forma ser medido. Reforçando a ideia de Luckesi (2005), Backes (2010, p. 11), ressalta que:

Observa-se que os professores, em geral, confundem o ato de avaliar a aprendizagem do aluno com o de tirar uma medida do que o aluno aprendeu dentro do que o professor programou para ensinar. A concepção que propõe a classificação dos alunos dentro de parâmetros que trabalham com conjuntos nos quais os alunos são agrupados em bons e maus, fortes e fracos, por exemplo, o que contribui para a exclusão de alunos que apresentem diferentes caminhadas, portanto, justificam a inclusão/exclusão cimentada em nossa sociedade dividida em classes.

Como podemos concluir que um aluno é insuficiente e taxá-lo como tal? Essa é uma questão a se pensar, pois o aluno não chega à escola sem conhecimento, ele já traz consigo um conhecimento prévio. Cabe à escola trabalhar em cima desse conhecimento que o aluno traz consigo. Além do mais, a comunidade escolar precisa entender e compreender que quando os alunos “fracassam” em uma avaliação, não são só eles que estão fracassando, mas o sistema educacional em si estar contribuindo para o fracasso escolar desses alunos.

A avaliação da aprendizagem escolar não deve ser considerada como um ponto de chegada, mas sim como um ponto de partida, devido o fato de que a avaliação é um processo em que envolve os sujeitos professores-alunos.

Precisa-se romper com esse modelo de avaliação que atualmente é utilizado pelas escolas, que com seu caráter autoritário, tanto contribui para a exclusão escolar. Nesse sentido, a avaliação atua contra a democratização do ensino, uma vez que não colabora para que os alunos permaneçam nas escolas.

É importante ressaltar que o professor não pode ser o único responsabilizado por essa prática de avaliação. É necessário que os sistemas de ensino se atentem para essa situação. No entanto o professor, que é peça fundamental nesse processo necessita rever suas práticas avaliativas, pois se ele que atua diretamente com o aluno não desenvolver um bom trabalho, poucas são as chances de se romper com esse modelo de avaliação seletivo e quantitativo. Sendo assim, percebemos que o educador é um dos atores principais para que possamos ter de fato uma avaliação qualitativa.

## **2.1 Discutindo a Avaliação da Aprendizagem Escolar em uma Perspectiva Inclusiva**

No subtópico anterior foi possível destacarmos conceitos mais gerais acerca da avaliação da aprendizagem escolar. Nesse subtópico abordaremos a avaliação da aprendizagem escolar em uma perspectiva inclusiva, uma avaliação voltadas a atender aos

alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação.

A Constituição Federal de 1988 visando a democratização da educação brasileira estabeleceu que a educação é direito de todos, garantindo atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência<sup>6</sup> preferencialmente na escola regular. Em 1990 com a Declaração Mundial de Educação Para Todos<sup>7</sup>, a condição do acesso educacional é apresentada como sendo uma necessidade de universalizar a escolaridade básica dos indivíduos, independentemente das suas condições de raça, idade, gênero, situação social, crença ou religião. A Declaração de Salamanca (1994) vem reforçar o direito de educação para todos, prioriza o acesso à educação para as pessoas consideradas com necessidades educacionais especiais<sup>8</sup>.

Atualmente estamos vivenciando e presenciando a educação inclusiva, que foi impulsionada pelo movimento de educação para todos. Nesse sentido, a educação inclusiva está fundamentada na concepção de direitos humanos, defendendo o direito de todos estarem e aprenderem juntos sem nenhuma forma de discriminação.

A Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de Fevereiro de 2001 (BRASIL, 2001) em seu Artigo 8º, III, orienta os sistemas de ensino no sentido de que haja flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória.

Percebe-se então, os debates e avanços acerca de uma educação inclusiva em que os alunos público alvo da educação especial, sejam atendidos na rede regular de ensino. Na perspectiva da educação inclusiva a escola de hoje tem um grande desafio, o de oferecer o acesso aos conteúdos básicos, a fim de oportunizar a escolarização de todos, inclusive dos indivíduos com necessidades educacionais especiais.

---

<sup>6</sup> A nomenclatura portadores de deficiência é utilizada na Constituição federal de 1988 no Capítulo III, Seção I, Art. 208, § III.

<sup>7</sup> Declaração originada da Conferência Mundial de Educação Para Todos, em 1990, em Jontien, Tailândia, convocada pela UNESCO, PNUD, e Banco Mundial.

<sup>8</sup> De acordo com a declaração de Salamanca a expressão necessidades educacionais especiais passou a incluir além das crianças com deficiência, crianças superdotadas, crianças de rua que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados.



É justamente nesse debate que aparece o tema sobre a avaliação da aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais, aonde vem sendo colocada em discussão o desempenho dos alunos público alvo da educação especial nas salas regulares de ensino. Dessa forma, a avaliação da aprendizagem é um elemento de extrema importância para auxiliar a aprendizagem.

De acordo com o documento Saberes e Prática da Inclusão (BRASIL 2006, p. 09) a avaliação em uma perspectiva inclusiva é denominada da seguinte maneira:

Um processo compartilhado, a ser desenvolvido, preferencialmente, na escola, envolvendo os agentes educacionais. Tem como finalidade conhecer para intervir, de modo preventivo e/ou remediativo, sobre as variáveis identificadas como barreiras para a aprendizagem e para a participação, contribuindo para o desenvolvimento global do aluno e para o aprimoramento das instituições de ensino; a avaliação constitui-se em processo contínuo e permanente de análise das variáveis que interferem no processo de ensino e de aprendizagem, objetivando identificar potencialidades e necessidades educacionais dos alunos e das condições da escola e da família.

No sentido de inclusão e avaliação escolar de alunos com necessidades educacionais especiais<sup>9</sup>, Beyer (2010 p. 43) faz um comparativo sobre a educação inclusiva em países desenvolvidos como a Alemanha e a educação inclusiva no Brasil, transparecendo a dificuldade que o Brasil tem encontrado em desenvolver de fato uma educação inclusiva.

Apesar dos problemas educacionais apresentados pelo país, a educação inclusiva não é um sonho impossível. Pode ser realizada, desde que se tenham modificações no sistema educacional brasileiro. Além disso, precisam-se de investimentos a fim de subsidiar a escola em sua infraestrutura, ofertas de cursos de formação e formação continuada dentre outros elementos importantes que contribuem para a educação inclusiva. Sabemos que a formação de profissionais para trabalhar com alunos deficientes é de suma importância para que ocorra a educação inclusiva.

Beyer (2010 p. 30) considera injusto avaliar o desempenho de diferentes alunos utilizando-se dos mesmos critérios ou as mesmas medidas, sendo assim, durante o processo avaliativo o professor precisa atentar-se para as especificidades próprias de cada aluno, caso contrário poderá contribuir ainda mais para o preconceito e exclusão social, sendo que estes elementos podem atingir a criança na formação de sua autoimagem. Dessa forma, ao avaliar, o professor deve utilizar técnicas diversas e instrumentos variados, a fim de diagnosticar os

---

<sup>9</sup> Beyer (2010) utiliza em sua obra a nomenclatura de alunos necessidades educacionais especiais, a mesma adotada no Documento da Declaração de Salamanca (1994).

avanços construídos no processo didático e ao mesmo tempo retomar o que foi insatisfatório durante o processo.

O princípio da escola inclusiva<sup>10</sup> é de que todos estejam juntos, aprendendo e participando sem nenhum tipo de discriminação. Nesse sentido, Beyer (2010) vem ressaltar que “crianças que são únicas em suas características, e, ao mesmo tempo, diferentes entre si, não podem ser comparadas através de procedimentos escalonados por uma média, que definem os alunos como bons, médios, ou fracos”. Assim, nesse modelo de educação os alunos precisam ter suas características individuais atendidas.

A avaliação não pode ser classificatória, pois se utilizada dessa forma prioriza a hierarquização, além de não pode fazer comparações entre o desenvolvimento dos alunos. A avaliação que segue os critérios citados anteriormente é denominada de sintética e valorativa, não sendo analítica e nem formativa. De acordo com Beyer (2010, p. 29) “uma aula em um ambiente inclusivo exige dos alunos justamente o que eles têm capacidade de demonstrar”.

Frequentemente ao avaliar os alunos, os professores esperam que os mesmos demonstrem seus desempenhos acerca dos conteúdos que foram ministrados, a fim de identificar se eles obtiveram ou não os resultados esperados. O grande problema nessa questão é que os docentes não utilizam os resultados dessa avaliação para avaliarem sua prática.

Nesse contexto, a avaliação não deve avaliar somente o aluno, mas também precisa avaliar o professor, no intuito de perceber se os objetivos propostos por ele foram alcançados ou não. Porém, não basta somente perceber o problema, algumas decisões devem ser pensadas no intuito de se utilizar uma avaliação diagnóstica.

Oliveira e Campos (2005) discutem a prática da avaliação da aprendizagem escolar do aluno com deficiência, verificando quais são os critérios e estratégias que caracterizam o processo de avaliação. As autoras assim como Luckesi (2005) afirmam que a atual prática tradicional de avaliação tem se resumido em técnicas para verificação, centrando-se em conteúdos, desconsiderando assim outras variáveis que ocorrem. A avaliação é um processo, sendo assim, não deveria ser utilizada apenas para a obtenção de notas.

Nesse contexto, a avaliação da aprendizagem escolar dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação se torna ainda mais

---

<sup>10</sup> Segundo a Declaração de Salamanca de 1994(p. 05), o “princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades”.

complexa, tendo em vista que cada aluno apresenta especificidades diferenciadas e os professores também apresentam dificuldades ao avaliá-los, pois os mesmos apresentam concepções diferentes acerca de como deve proceder ao avaliar o aluno com deficiência.

Para Oliveira e Sampaio (2005) o atual processo de avaliação diagnóstica não tem sido suficiente para estabelecer qual a forma de ensino mais adequada para atender essa clientela e como avaliar o seu potencial de aprendizagem.

Teixeira e Nunes (2010) apontam elementos que auxiliam o educador e a comunidade escolar a pensar em uma avaliação da aprendizagem inclusiva e quais os elementos que devem se levados em consideração ao avaliar os alunos com necessidades educacionais especiais<sup>11</sup>. Para essas autoras o ato avaliativo deve envolver professor e aluno. Assim, a avaliação não deve servir apenas para avaliar o aluno, mas também para avaliar a prática do professor frente ao processo avaliativo. As autoras apontam essa questão como sendo um fator de grande relevância para a avaliação inclusiva.

A avaliação da aprendizagem escolar não deve ser utilizada para classificar ou rotular os alunos como bons ou maus. Segundo as autoras isso pode prejudicar a autoimagem do sujeito, nesse sentido pode se entender que se a avaliação não for bem conduzida ela pode fazer com que esses alunos sejam excluídos do processo educativo.

Na avaliação inclusiva a afetividade apresenta um papel importante, uma vez que esta pode fornecer pistas e dar condições de detectar e identificar como está o emocional do aluno diante da realidade do seu aprendizado, objetivando avaliar as relações e as habilidades do indivíduo com o meio e com ele mesmo.

Assim como Luckesi (2005) Teixeira e Nunes (2010) abordam a questão do erro que os alunos cometem quando estão sendo avaliado, o papel do erro na escola seria fornecer a aprendizagem. No entanto, nota-se que não é isso que vem acontecendo, pois o erro na comunidade escolar é um fator que contribui para a exclusão porque passa a rotular os alunos com concepções preestabelecidas.

O professor ao corrigir uma avaliação deveria sinalizar e demarcar o erro cometido pelo aluno, deixando anotações e fazendo demonstrações de forma que leve o educando a tomar consciência do equívoco do seu raciocínio.

Para uma avaliação ser inclusiva ela necessita ter um caráter formativo, deve garantir a aprendizagem e aprimorar a competência formativa e política dos alunos com necessidades educacionais especiais. Nesse sentido Oliveira e Campos (2005, p. 54) ressaltam que:

---

<sup>11</sup> Essas autoras utilizam em sua obra a mesma expressão utilizada por Beyer (2010) a de “alunos com necessidades educacionais especiais” disseminada após a Declaração de Salamanca (1994).

No entanto, a avaliação não pode restringir-se às suas condições de desenvolvimento bio-psico-social, mas também deve estabelecer o seu potencial de aprendizagem, inclusive o nível de competência curricular desse aluno, tendo como referência à proposta curricular do ano ou ciclo onde está matriculado.

De acordo com Teixeira e Nunes (2010, p.71) “Deixar de oferecer conteúdos do currículo para quem tem necessidades educacionais especiais é oferecer uma educação necessitada para quem tem necessidade”. Sendo assim, podemos perceber que esses alunos precisam ter acesso aos conteúdos curriculares, afim de que além do desenvolvimento bio-psico-social eles também se desenvolvam a nível de currículo. As autoras reforçam que não podemos deixar de ensinar ou mesmo de avaliar por medo da inclusão, para tanto os profissionais da educação devem usar todas as ferramentas necessárias que promovam a inclusão.

Segundo a Resolução nº 2 de 11 de setembro de 2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001 p. 70), em seu Art. 6º diz que para a identificação das necessidades educacionais especiais dos alunos e a tomada de decisões quanto ao atendimento necessário, a escola deve realizar, com assessoramento técnico, avaliação do aluno no processo de ensino e aprendizagem, contando, para tal, com:

- I - a experiência de seu corpo docente, seus diretores, coordenadores, orientadores e supervisores educacionais;
- II - o setor responsável pela educação especial do respectivo sistema;
- III - a colaboração da família e a cooperação dos serviços de Saúde, Assistência Social, Trabalho, Justiça e Esporte, bem como do Ministério Público, quando necessário.

As diretrizes Nacionais para a Educação Especial na educação básica (BRASIL, 2001) assegura que tanto o currículo quanto a avaliação devem ser funcionais, buscando meios úteis e práticos para favorecer: o desenvolvimento das competências sociais; o acesso ao conhecimento, à cultura e às formas de trabalho valorizada pela comunidade e a inclusão do aluno na sociedade.

O desenvolvimento dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação a nível curricular se faz importante a fim de que favoreça aos mesmos, o acesso ao conhecimento construído historicamente e socialmente, no entanto devemos atentarmos para suas condições próprias de aprendizagem, e em nenhum momento querer compará-lo com os demais.

A avaliação da aprendizagem não pode ser estática, precisa se dar em um processo dinâmico, envolvendo tanto o aluno quanto o professor. Nessa dinâmica, o processo de ensino é valorizado, em que se busca conhecer quais os avanços obtidos pelo aluno, bem como as dificuldades que apresenta.

Outro fator interessante é que o documento da Política Nacional de Educação especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em relação aos objetivos do documento explicita a questão da acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informações, no entanto não explicita acessibilidade em relação aos currículos.

## **2.2 Critérios e Procedimentos de Avaliação**

Utilizaremos esse tópico para discutirmos acerca de critérios e procedimentos de avaliação. Alguns autores adotam o termo instrumentos, estratégias e técnicas quando se referem a procedimentos, mas adotaremos neste trabalho o termo procedimento, pois este é utilizado no documento Saberes e Práticas da Inclusão, BRASIL, (2006). Os critérios de avaliação indicam as expectativas do professor em relação aos objetivos que se pretende alcançar com a aprendizagem dos alunos. Nesse caso consideram-se as competências e habilidades propostas para os alunos.

A presença dos alunos público alvo da educação especial na sala de aula é um fator determinante para que as práticas avaliativas sejam redirecionadas, dessa forma, em uma sala inclusiva o professor irá se deparar com alunos em diferentes níveis de aprendizagem, assim o documento Avaliação na Escola Regular: caderno 01, (BRASIL, 2005 p. 16) enfatiza que

O aluno que estar sendo avaliado pode ter características de aprendizagem diferentes das quais o professor está acostumado a lidar, o que vai lhe requerer a atenção especial, mas isso não significa que a sua estrutura mental e a qualidade de sua aprendizagem sejam necessariamente deficitárias em relação aos outros alunos, significa, sim que temos que definir critérios claros e específicos para esta avaliação e não que tenhamos que praticá-la de maneira paternalista.

Na perspectiva da inclusão, a avaliação da aprendizagem escolar precisa ser um processo dinâmico, envolvendo relação entre professor e aluno, valorizando o processo de ensino e não somente o resultado, onde se possam buscar novas estratégias de aprendizagem. Além disso, ela deve ser um indicador para que o professor saiba qual caminho percorrer para que possa de fato contribuir com uma educação de qualidade.

As instituições escolares precisam adequar diferentes instrumentos de avaliação para que possam permitir a avaliação da aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais, no intuito de verificar o que o aluno aprendeu e quais as dificuldades que o mesmo apresenta.

O documento Saberes e Prática da Inclusão, (BRASIL, 2006 p. 40) apresenta procedimentos e instrumentos de avaliação, enfatizando “que já existem no mercado vários instrumentos de avaliação que já foram padronizados, no entanto, precisamos nos atentar e questionar se oferecem subsídios à prática pedagógica”. Sugere que as equipes de avaliação construam seus próprios instrumentos. Algumas equipes de avaliação das secretarias estaduais e municipais de alguns estados já utilizam diários de classe, relatórios, fichas ou similares.

De acordo com o documento Saberes e Prática da Inclusão, (BRASIL, 2006 p. 40) a observação é o procedimento mais recomendado no processo de coleta e análise de dados no contexto educacional, no entanto além da observação apresentam outros procedimentos que podem ser utilizados para subsidiar o trabalho do professor, são eles:

- ❖ **A análise da produção escolar dos alunos:** nesse caso utiliza-se como fonte de dados seus cadernos, folhas de exercício, desenho e outras atividades que são desenvolvidas na sala de aula.
- ❖ **A análise de documento:** este é um procedimento que permite conhecer a orientação filosófica, a base teórica e operacional sobre as quais a escola se organiza e se planeja;
- ❖ **A entrevista:** são complexas, mas ao mesmo tempo necessárias, permitindo a obtenção dos dados. Espera-se que ambos estejam compartilhando informações para o mesmo objetivo;

De acordo com o documento Saberes e Prática da Inclusão, (BRASIL, 2006 p. 41) “qualquer instrumento ou procedimento de avaliação deve envolver indicadores que facilitem a análise dos contextos em que as pessoas se desenvolvem e não apenas conhecer suas características, evitando-se comparar pessoas umas com as outras”.

Nesse sentido Teixeira e Nunes (2010 p. 98) em sua obra sobre Avaliação Inclusiva apresentam algumas técnicas de avaliação que consideram importantes para avaliar a aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais, são elas: avaliação sistemática, registro (observação), avaliação participativa (oral e escrita, individual e em grupo), troca dialógica, autoavaliação, portfólios e rubricas. Abaixo discorreremos sobre as técnicas de uma avaliação inclusiva na perspectiva das autoras.

- ❖ **Avaliação Sistemática:** Consiste da necessidade de avaliar objetivos específicos, organização de ideias e clareza dos fatos.
- ❖ **Registro:** na avaliação o registro se torna importante para legitimar as palavras e a confiabilidade aos atos exercidos. O registro deve ser elaborado periodicamente de maneira contínua, sendo ainda claro e objetivo, precisa conter todos os aspectos globais do ser humano, conter o desenvolvimento apresentado pelos alunos como também suas dificuldades.
- ❖ **Avaliação Participativa:** essa técnica de avaliação deve envolver o aluno no processo de aprendizagem, participação diz respeito ao envolvimento dos membros. Exige que os seus participantes utilizem suas competências e habilidades.
- ❖ **Autoavaliação:** permite ao aluno avaliar seu próprio trabalho e analisar suas ações. Essa técnica é muito valorizada no sentido de que o aluno faz uma autoanálise, mas não deve ser a única utilizada.
- ❖ **Portfólio:** este é um instrumento valioso na avaliação da aprendizagem. Permite ao professor perceber onde está acontecendo os equívocos para que possa pensar em novas estratégias de ação. O portfólio deve ainda servir como uma espécie de diário escolar, contendo informações importantes sobre o processo de aprendizagem.
- ❖ **Rubrica:** instrumento simples, valioso, objetivo e preciso. Além da objetividade em relação aos aspectos do conhecimento esse instrumento permite fornecer dados relevantes sobre os aspectos psicológicos, sociais e emocionais. A rubrica permite a descrição dos níveis de desempenho de cada aluno, assim como competência e habilidades e resultado em atividades e tempo específico e predeterminado.

Os procedimentos citados acima são algumas sugestões que podem ser adotadas pelos professores dos alunos público alvo da educação especial no intuito subsidiar o trabalho desses docentes, proporcionando para esses alunos uma avaliação em que suas competências e habilidades sejam respeitadas.

De acordo com Teixeira e Nunes (2010, p. 34) “cabe ao avaliador estabelecer normas e procedimentos avaliativos para cada aluno, lançando um olhar diferenciado para especificidade de cada um, auxiliando e interferindo no processo de desenvolvimento de cada educando”. Dessa forma, o professor diante da avaliação em uma perspectiva inclusiva, precisa desenvolver competências e habilidades reflexivas, críticas e ativas, assumindo uma

postura desafiadora e construtiva em prol da avaliação da aprendizagem voltada para os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação.

Ainda de acordo com Teixeira e Nunes (2010, p. 95) a utilização de técnicas diferenciadas enfatizam habilidades e competências diferenciadas, destacando que:

Dessa forma, oferecer várias técnicas de avaliação pode ser usado como um potente mecanismo de igualdade e de oportunidade, em disposição cada vez maior de um aprendizado significativo, levando em conta todos os elementos de desenvolvimento do aluno, seja no âmbito da aprendizagem comportamental, social, emocional, intelectual, intrapessoal e etc.

Mediante o que foi exposto acima, podemos perceber o quanto é importante para a avaliação da aprendizagem em uma perspectiva inclusiva dos alunos público alvo da educação especial que seus professores conheçam e dominem diferentes procedimentos de avaliação, com o intuito de utilizar a avaliação como uma ferramenta necessária para subsidiar o processo de ensino-aprendizagem e, conseqüentemente tornando a aprendizagem desse público mais significativa.

A partir do estudo teórico e das orientações dos documentos norteadores do Ministério da Educação (MEC) sobre como os alunos público alvo da educação especial devem ser avaliados e já cientes pelos documentos fornecidos pela SEMED que não havia critérios e procedimentos estabelecidos para a avaliação desses alunos, partimos para pesquisa de campo nas escolas previamente selecionadas, a fim de verificarmos como que esses professores avaliação os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, sendo que não eram orientados para tanto.

Através dessa discussão continuaremos no capítulo seguinte com a apresentação e análise interpretativa dos dados coletados na pesquisa de campo, na qual faremos uma exposição das nossas análises a parti dos estudos teóricos, refletindo através das análises, sobre a temática abordada nesse trabalho.



### **CAPITULO 3: APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS DA REALIDADE**

Neste capítulo serão apresentados os dados resultantes das observações realizadas nas 04 (quatro) escolas do Núcleo Cidade Nova e das entrevistas realizadas com os professores da sala regular das referidas escolas, bem como o resultado da entrevista realizada com a coordenadora do Departamento de Educação Especial no Município de Marabá/Pará.

Como relatado anteriormente utilizamos a observação direta em sala de aula regular, com o intuito de verificar de que maneira vêm sendo desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação os critérios e procedimentos de avaliação da aprendizagem escolar para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, bem como identificar as dificuldades dos professores da sala comum no que diz respeito ao processo da avaliação da aprendizagem de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação.

Adotamos a observação e a entrevista do tipo semiestruturada com o objetivo de compreender os fenômenos da pesquisa em relação aos critérios e procedimentos de avaliação adotados no Município de Marabá/PA para avaliar alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação.

Apresentaremos as análises e discussão dos dados da pesquisa de campo a partir das categorias descritas nos quadros, tendo como base a fundamentação teórica. As análises serão apresentadas por escolas.

Nossas análises partiram do pressuposto de encontrar resposta para o problema de pesquisa, o qual se definiu em verificar de que forma tem sido pensada e executada a avaliação da aprendizagem escolar dos alunos público alvo da educação especial na rede pública municipal de Marabá-Pará e de que maneira vêm sendo desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação os critérios e procedimentos de avaliação da aprendizagem escolar para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, bem como identificar as dificuldades dos professores da sala comum no que diz respeito ao processo da avaliação da aprendizagem de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação.

Como já foi mencionado, no decorrer do trabalho a avaliação da aprendizagem escolar tem se tornado tema de muitos estudos, caracterizando a necessidade de se pensar em novas práticas avaliativas em que as necessidades de cada educando sejam levadas em consideração.

Nesse sentido, destacando o princípio da educação inclusiva que é o de que todos devem aprender juntos sem nenhum tipo de discriminação, os alunos público alvo da educação especial têm por lei seus direitos garantidos de ser inserido na sala regular, juntamente com os considerados normais.

### 3.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA

Os extratos obtidos, apresentados a seguir, são fidedignos aos registros transcritos a partir das entrevistas. Os nomes dos participantes da pesquisa não serão utilizados a fim de preservar a identidade dos participantes.

#### **Apresentação e análise dos dados da Entrevista com a coordenadora do Departamento de Educação Especial de Marabá/Pará.**

A entrevista com a coordenadora do Departamento de Educação Especial (DEE) ocorreu no dia 28/05/2013 as 14:00hs. A coordenadora do Departamento de Educação do Município é formada em Pedagogia pela Universidade federal do Pará e especializada em deficiência visual e surdez. Durante sua graduação participou do Núcleo de educação Especial (NEES), onde participou de um projeto que de acordo com ela era fazer um vestibular para alunos da rede pública do ensino médio. Assumiu a coordenação do Departamento de educação especial no início do ano de 2013.

#### **Quadro01- DADOS DA ENTREVISTA COM A COORDENADORA (DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL/SEMED- MARABÁ/PARÁ).**

QUESTÕES ENUNCIADAS NO DECORRER DA PESQUISA	SEMED DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “A gente compreende que avaliar e avaliar um aluno com deficiência é ainda mais criterioso no sentido de que a gente tem que considerar todas as especificidades do sujeito”.</li> <li>• “É claro que a gente orienta no sentido</li> </ul>

<p><b>Quais são os critérios e procedimentos de avaliação da aprendizagem utilizados para avaliar os alunos público alvo da educação especial.</b></p>	<p>de visualizar quais são as limitações o quê que é que ele já consegue fazer só né, e ai cada caso é um caso”.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• “No caso dos nossos alunos como tem essas especificidades a gente avalia todo o contexto. O contexto que ele estar inserido, o quê que ele consegue fazer, o quê que ele já tem domínio, o quê que não tem, o quê que precisa trabalhar mais e aí a gente avalia todo o processo, o desenvolvimento dele ao longo do ano”.</li> <li>• “Não existe uma coisa pronta, fechada, específica, que a gente diga um modelo que diga assim: olha professor você vai avaliar conforme essa estrutura, isso não existe”.</li> </ul>
<p><b>Quais as dificuldades que os professores de sala comum enfrentam em avaliar os alunos público alvo da educação especial.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “É eles tem bastante dificuldade, exatamente por isso, eles cobram da gente que tenha um modelo padronizado assim como eles fazem com os alunos que não tem deficiência”.</li> <li>• “Porque para o professor de sala comum pra ele eu acho que cultural que ele avalie dessa forma, que tenha uma prova, que tenha que atingir tal coisa e pra nós não”.</li> <li>• “Não é uma coisa pronta, fechada, com nota, e que tenha alguma coisa como é..., então é mais complicada de fato no ensino comum, a gente tenta</li> </ul>

	orientar, mas cada caso é um caso.”
<p><b>Acerca das orientações oferecidas pela SEMED aos professores da sala comum sobre a avaliação da aprendizagem escolar dos alunos público alvo da educação especial.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “De fato não existe ainda ninguém a frente na formação que lide com as questões da educação especial”.</li> <li>• “Os próprios formadores têm um pouco de insegurança em relação a isso porque não consegue passar como seria dentro da educação especial”.</li> <li>• “A nossa formação é específica para o professor da sala de recurso, o que de fato ainda é uma falha mesmo”.</li> <li>• “Mas a gente de fato ainda não estar conseguindo, a gente consegue conversar, orientar os formadores e aí eles ficam como multiplicadores”.</li> </ul>

**Fonte: Roteiro de Entrevista destinado a Coordenadora do Departamento de educação Especial do Município de Marabá/Pará.**

**-Quais são os critérios e procedimentos de avaliação da aprendizagem utilizados para avaliar os alunos público alvo da educação especial.**

Entendemos pelas respostas da coordenadora que de fato não existe um documento que especifique quais os critérios e os procedimentos de avaliação para os alunos público alvo da educação especial, no entanto, segunda ela os critérios a serem considerados na avaliação desses alunos, estão relacionados com os avanços dos mesmos, o contexto em que estar inserido, o que o aluno já tem domínio e o que ainda não tem. Esses elementos são importantes no contexto da avaliação da aprendizagem dos alunos público alvo da educação especial, todavia precisamos avaliar se o aluno consegue desenvolver conteúdos curriculares, além disso, os professores da sala comum precisam estar aptos para saber como avaliar esses alunos.

Sabe-se que nem todos os alunos público alvo da educação especial conseguem desenvolver habilidades curriculares do ano escolar em que estar inserido, entretanto devem ser estimulados a desenvolvê-los, sempre respeitando o seu limite e o seu potencial de aprendizagem, cabe ressaltar aqui que além de ser muito importante a avaliação também não

pode ser limitada somente ao conteúdo escolar. Apesar das limitações impostas pela deficiência os alunos público alvo da educação especial não podem de maneira nenhuma deixar de serem avaliados, pois isso significa subestimar as suas potencialidades de aprender. De acordo com o documento Avaliação na Escola Regular (BRASIL2005, p.51), é necessário que:

A avaliação da aprendizagem não pode ser limitada ao conteúdo escolar. Muito pelo contrário, é preciso verificar o que o aluno já aprendeu, como faz uso do conhecimento nas diferentes situações escolares e sociais, como constrói novos conhecimentos. É importante definir o nível que se encontra, pois muitas vezes a defasagem entre o nível do aluno e as exigências escolares, pode agravar dificuldades anteriores à fase escolar, ou provocar dificuldades de aprendizagem ou na produção escolar. As atividades escolares e a avaliação da aprendizagem não devem restringir-se apenas aos conteúdos programados, mas devem também estar voltadas para a melhoria da qualidade de vida, visando uma melhor adequação no comportamento do aluno, de modo que resulte em uma integração na família e na sociedade.

#### **-Acerca das dificuldades apresentadas pelos professores da sala comum em avaliar os alunos público alvo da educação especial.**

De acordo com a coordenadora do departamento de educação especial, em relação a essa questão os professores da sala comum vêm apresentando bastante dificuldade para avaliar o público alvo da educação especial. Acreditamos que as dificuldades estão relacionadas justamente com a falta de uma norma que possa orientar o professor da sala comum no que diz respeito à avaliação da aprendizagem dos alunos público alvo da educação especial.

De acordo com a coordenadora os professores da sala comum têm cobrado um modelo padronizado e esse padrão não existe. Nesse sentido, a coordenadora acredita que o professor tem que avaliar exatamente dentro do que ele consegue e dentro das limitações daquele aluno, considerando que a avaliação da aprendizagem para esses alunos “não é uma coisa pronta, fechada, com nota, sendo esta ainda mais complicada no ensino comum”.

De fato, compreendemos que ao se tratar de educação não existe uma receita pronta. Mas isto não significa que não existem caminhos que possam ser seguidos, de maneira que venha a contribuir para atuar em situações, em especial com o ritmo de aprendizado de cada

indivíduo, levando em conta que cada aluno possui diferentes limites e possibilidades de aprendizagem.

No entanto, a criação de um referencial que oriente os professores da sala comum acerca dos critérios e procedimentos de avaliação para os alunos público alvo da educação especial pode contribuir em muitos aspectos para a prática avaliativa do professor no ensino regular, conseqüentemente melhorando a qualidade do ensino para o referido alunado.

**-Acerca das orientações oferecidas pela SEMED aos professores da sala regular sobre a avaliação da aprendizagem escolar dos alunos público alvo da educação especial.**

Os dados da entrevista em relação a essa questão nos revelam algo que merece ser pensado/repensado, pois constatamos que no período da entrevista ainda não existia nenhum profissional a frente da formação que trabalhasse com essas questões. O que percebemos que é um problema sério, uma vez que os professores da sala comum também necessitam de cursos de formação continuada.

Além disso, outro dado que nos intrigou bastante foi o fato de que segundo a coordenadora do departamento de educação especial, os formadores não se sentem seguros em relação à prática da avaliação da aprendizagem na educação especial. Percebe-se com isso que a insegurança não é somente do professor da sala regular, mas também dos próprios formadores que não possuem segurança acerca do assunto. Esse fato nos mostra o quanto ainda é preciso se pensar e melhorar as práticas referentes à avaliação da aprendizagem dos alunos público alvo da educação especial.

Outro dado relatado pela coordenadora que é uma questão a ser pensada e que pode ser alvo de outras pesquisas é o fato de que as formações que tem sido ofertada no município de Marabá/ PA estão voltadas para o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Como já relatamos no decorrer da pesquisa, na perspectiva da educação inclusiva os alunos considerados público alvo da educação especial devem ser inseridos no ensino regular. Sendo assim, os professores dessas salas também necessitam de formação continuada na perspectiva da educação inclusiva. Ressaltamos aqui, que o AEE tem uma tarefa muito importante no processo de aprendizagem dos alunos público alvo da educação especial, mas que as formações oferecidas no município de Marabá/PA, também precisam estar voltadas para os professores da sala regular, uma vez que estes lidam diretamente com esses alunos.

### ❖ Apresentação e análise dos dados da observação da escola A

A observação foi realizada na sala comum com a turma de 4º ano do ensino fundamental. A professora da turma é formada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará, trabalha como educadora há 05 (cinco) anos, atualmente está concluindo um curso de pós-graduação em psicopedagogia.

O aluno observado possui Paralisia cerebral.

#### QUADRO 02 - DADOS OBSERVADOS NA ESCOLA A

QUESTÕES OBSERVADAS NO DECORRER DA PESQUISA	ESCOLA A
<p><b>Quais os critérios e procedimentos usados pelos professores para avaliar os alunos público alvo da educação especial.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As atividades avaliativas do aluno é a mesma dos demais, no entanto como ele não sabe ler a professora faz a leitura da prova (que contém questões de múltipla escolha), a professora ler o enunciado das questões e posteriormente as alternativas, posteriormente o aluno diz qual ele acha que é a alternativa correta.</li> <li>• Mesmo quando o aluno marca a alternativa incorreta a professora não o impulsiona a marcar a correta, ele marca a que ele acha que está correta.</li> <li>• De acordo com as observações os critérios e os procedimentos de avaliação não seriam os mesmos.</li> <li>• O aluno ainda não foi alfabetizado, assim a professora faz as perguntas referentes ao texto e ele responde oralmente.</li> <li>• O aluno se mostra interessado na aula e realiza as atividades da sua maneira (escreve algumas letras e as mistura em uma</li> </ul>

	<p>sequencia de garatujas)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Em um caderno a professora faz as anotações acerca dos avanços obtidos pelo aluno, apontando seus avanços e as dificuldades que apresenta.</li> </ul>
<p><b>Dificuldades que os professores da sala comum manifestam em avaliar os alunos público alvo da educação especial.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Devido ao numero excessivo de aluno em sala de aula a professora nem sempre dispõe de maiores momentos para se dedicar ao aluno.</li> <li>• A família nem sempre consegue perceber os avanços. Apesar dos avanços que o aluno teve a família reclama porque ele ainda não aprendeu a ler e escrever.</li> <li>• O professor não recebe orientação da SEMED e isso dificulta o processo avaliativo porque os professores avaliam da forma que pensam ser certo, de acordo com o que aprenderam Durante sua graduação.</li> </ul>
<p><b>A reação dos alunos público alvo da educação especial ao serem avaliados.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mostrou-se interessado em realizar as atividades avaliativas;</li> <li>• Participa ativamente das aulas;</li> </ul>

**Fonte: Protocolo de Observação**

**-Os professores utilizam os mesmos critérios e procedimentos para avaliar os alunos público alvo da educação especial.**

Através dos dados da observação da escola A (quadro 02) percebemos que a professora não utiliza os mesmos critérios e procedimentos para avaliar o aluno público alvo da educação especial. São obedecidos os conteúdos curriculares, referente à série que estar cursando, todavia a avaliação do aluno com paralisia cerebral é diferenciada dos demais. Nessa linha apresentamos a ideia de Beyer (2010, p.29) de que:

É errado atender crianças em situação de diversidade da mesma maneira. Numa aula “homogenia” todas as crianças são atendidas com os mesmos



procedimentos. Todas recebem, sem distinção, os mesmos suportes didáticos. Na aula dentro da proposta inclusiva os alunos recebem, ao contrário, a ajuda diferenciada de que necessitam.

Dessa forma, podemos compreender que apesar da professora não ter conhecimentos e clareza acerca da avaliação da aprendizagem dos alunos público alvo da educação especial essa professora acaba por reproduzir a ideia deste autor. Considerando as especificidades dos alunos e avaliando seu progresso, mas não deixando de considerar também os conteúdos curriculares. Além disso, como procedimento de avaliação observamos que a professora utiliza o registro escrito, afinal este é muito importante, pois pode conter os aspectos de sua aprendizagem.

#### **-Dificuldades que os professores da sala comum manifestam em avaliar os alunos público alvos da educação especial.**

Acerca das dificuldades apresentadas pelos professores para avaliar os alunos público alvo da educação especial, notamos que as dificuldades apresentadas pela professora referem-se à falta de orientação por parte do departamento de educação especial no que diz respeito à avaliação da aprendizagem desses alunos.

Além disso, o número excessivo de alunos em sala de aula dificulta para a professora ter mais momentos para se dedicar ao aluno. Assim, nem sempre ela pode chegar até ele para saber se está acompanhando as atividades ou para verificar quais os avanços que obteve em determinado conteúdo, bem como suas dificuldades. O número excessivo de alunos por turma é uma realidade da escola brasileira e isso tem dificultado bastante o trabalho dos professores que na maioria das vezes não conseguem acompanhar o desenvolvimento dos seus alunos, sendo assim, os alunos público alvo da educação especial podem não ter as suas necessidades atendidas.

Beyer (2010, p. 30) apresenta em sua obra o modelo da bidocência bem como sua implementação em cidades da Alemanha onde a média de alunos por sala é de 25 e ocorrem da seguinte maneira.

As classes de inclusão, que recebem crianças que apresentam dificuldades significativas na aprendizagem, na comunicação (fala) ou na conduta, têm as vagas computadas em dobro, ou seja, das 25 vagas, seis são reservadas para estas crianças reduzindo-se o número de alunos em sala de aula para 22. [...] quando houver a presença e sala de aula, de uma criança que apresente uma das seguintes condições: deficiência mental, deficiência visual, deficiência auditiva ou deficiência física a sua vaga não é contada em dobro, porém vezes três. Assim, as classes de inclusão se constituem, com maior

frequência, da seguinte forma: a) com 22 no total, sendo 19 crianças sem necessidades especiais e três com uma das condições citadas anteriormente.

### **-A reação do aluno público alvo da educação ao ser avaliado**

Os dados da observação referente a essa questão demonstrou que o aluno com paralisia cerebral gosta de participar das aulas e mostrou gostar da avaliação. Sempre realiza as atividades propostas, mas sempre de acordo com seus limites e possibilidades. Esses dados nos revelam a importância da inserção dos alunos público alvo da educação especial na sala regular e que eles também se sentem participantes do processo educativo. Além disso, mantém uma boa relação de amizade com os demais alunos.

Consideramos esses aspectos relevantes para o processo de aprendizagem desse aluno, uma vez que o mesmo mostra interesse pelas atividades e a professora percebe seus avanços e o que ainda precisa ser trabalhado, constatamos assim, que ela utiliza a avaliação para tomar decisões acerca do que ainda considera importante em sua aprendizagem.

### **\* Apresentação e análise dos dados da entrevista da escola A.**

**QUADRO 03- DADOS DA ENTREVISTA NA ESCOLA A**

QUESTÕES ENUNCIADAS NO DECORRER DA PESQUISA	ESCOLA A
<p><b>Os professores utilizam os mesmos critérios e procedimentos para avaliar os alunos público alvo da educação especial.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “Esse meu aluno não retém leitura e nem escrita, então eu não posso passar a mesma prova dos outros alunos que tem leitura e escrita pra ele. Porque se eu sei que esse meu aluno não desenvolve leitura e escrita, eu não posso cobrar isso dele, mas eu posso passar a mesma atividade só que de uma forma diferenciada”.</li> <li>• “A produção de texto que os alunos fazem escrita ele faz oral”.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “Eu acho que a prova não vai medir o</li> </ul>

<p><b>Dificuldades que os professores da sala comum manifestam em avaliar os alunos público alvo da educação especial.</b></p>	<p>conhecimento do aluno”.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A família não reconhece outras formas de avanço do aluno.</li> <li>• A avó desse aluno me disse: “Ah! Professora ele tá na quarta série, ele não sabe ler, então é ruim ela acha que eu vou fazer milagre e não é por aí”.</li> <li>• “Nunca me passaram nada, não tenho formação específica, nada”. (professora da turma).</li> </ul>
<p><b>Acerca das orientações oferecidas pela SEMED sobre a avaliação da aprendizagem para os alunos público alvo da educação especial.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “Não. Na verdade a formação que eu tenho de educação inclusiva eu tenho da UFPA, que eu já tive no núcleo de educação especial da UFPA”.</li> <li>• “Acompanhei os cursos de formação também pela UFPA só que era para professor da sala do AEE, da sala de recurso, então toda essa formação que eu tenho vem da UFPA”.</li> </ul>
<p><b>A aprendizagem dos alunos considerados público alvo da educação especial</b></p>	<p>“Eu penso que sim, a gente precisa estimular esses alunos”.</p> <p>“Me disseram que ele não retém leitura e escrita, mas se for analisar ele já conhece algumas letras”.</p> <p>“Eu acho que esse é o primeiro passo, ele já conhece letras, porque não daqui a pouco palavras, texto”.</p> <p>“Então eu acho que ele consegue aprender como os ditos normais sim”.</p>

**Fonte: Roteiro de Entrevista**

**-Os professores utilizam os mesmos critérios e procedimentos para avaliar a aprendizagem dos alunos público alvo da educação especial.**

De acordo com os dados da entrevista (quadro 03) a professora relata que não pode aplicar com esse aluno a mesma prova que aplica para os demais, reconhecendo suas limitações, dessa forma como o aluno ainda não desenvolveu leitura e escrita sua avaliação pode ser feita oralmente. Mazillo (s.d, p.06) apresenta um procedimento que pode ser utilizado com o aluno que possui paralisia cerebral, a qual tem como objetivo facilitar ou a substituir comunicação escrita, como o uso de gravadores portáteis que podem registrar uma aula em áudio ou até possibilitar a realização de exercício ou avaliação, onde o aluno que possui dificuldades para escrever, mas consegue se comunicar verbalmente, poderá gravar suas respostas em fitas K7, substituindo, assim, o registro gráfico. Nota-se então que a professora não utiliza os mesmos critérios e procedimentos de avaliação para avaliar seu aluno com paralisia cerebral.

Percebemos nesse contexto uma de avaliação dinâmica, em que se avalia o processo. Nesse sentido Lunt (1995) *apud* Oliveira e Campos (2005, p.03) afirmam que:

Na avaliação estática, a situação é artificial, mecânica e enfatiza o produto da aprendizagem. A avaliação dinâmica envolve a relação interpessoal que se estabelece entre professor e aluno, valorizando o processo e tendo como objetivo conhecer as estratégias de aprendizagem utilizadas pelos alunos, possibilitando o conhecimento de informações mais precisas que ofereçam sugestões para o ensino.

Nessa mesma linha Oliveira e Sampaio (2005 p. 03) enfatizam que:

A avaliação deve se caracterizar como um instrumento capaz de estabelecer as condições de aprendizagem do aluno e sua relação com o ensino. Seus procedimentos devem permitir uma análise do desempenho pedagógico, oferecendo subsídios para o planejamento e a aplicação de novas estratégias de ensino que permitam alcançar o objetivo determinado pelo professor em cada conteúdo específico.

Entendemos então que a professora apesar de não ter conhecimentos claros sobre a avaliação a aprendizagem dos alunos público alvo da educação especial, não o avalia da mesma forma que os demais, assim utiliza critérios e procedimentos diferenciados para avaliá-los, não exigindo dele o que exige dos demais alunos, respeitando suas limitações e considerando os seus avanços.

**-Dificuldades que os professores da sala comum manifestam em avaliar os alunos público alvo da educação especial.**

As dificuldades apresentadas mediante essa questão são justamente a falta de orientação por parte da SEMED mais especificamente o Departamento de educação especial, em relação aos critérios e procedimentos de avaliação da aprendizagem para os alunos público alvo da educação especial para os professores da sala comum. Outra dificuldade apresentada pela professora se refere à falta de formação específica na área da educação inclusiva o que tem dificultado esses professores a trabalharem com os alunos com os alunos público alvo da educação especial.

Em relação à formação de professores para a educação inclusiva Beyer (2010 p. 67) ressalta:

Quanto à formação continuada de professores, os cursos de formação (inicial e continuada), as políticas educacionais e a organização das próprias escolas deveriam dedicar um espaço privilegiado à reflexão em torno da educação inclusiva. As políticas da educação inclusiva devem partir da base, isto é, da escola, da sua organização, do seu corpo docente e da comunidade escolar. Caso contrário, a educação inclusiva, além de restringir-se à mera vontade política (tecnocrática?), poderá provocar frustrações nos profissionais envolvidos e na comunidade escolar (pais, aluno, professores, etc.), e uma consequente indisposição para a continuidade do processo. (*grifos do autor*).

Outra dificuldade apresentada pela professora é a ausência do apoio da família em compreender o processo de escolarização dos alunos público alvo da educação especial. A família nem sempre compreende os avanços que o aluno obtém ao longo do período letivo, cobrando do professor o mesmo desempenho dos demais alunos, pois muitos familiares não compreendem as formas de avanços desses alunos nem tampouco sobre o processo da avaliação da aprendizagem.

Luckesi (2005 pg.19) enfatiza que os pais estão voltados para a promoção, ressaltando que:

Os pais das crianças e dos jovens, em geral, estão na expectativa das notas dos seus filhos. O importante é que tenham notas para serem aprovados. Isso é facilmente observável na denominada reunião de Pais e Mestres, no final de cada bimestre letivo, especialmente no nível da escolaridade de 1º Grau [...] Então, em geral, os pais se satisfazem com as notas boas, que, por sua vez, estão articuladas com as provas, nas quais estão centrados professores e alunos.

Além disso, as dificuldades também se referem à forma de avaliar o aluno público alvo da educação especial, dessa forma a professora enfatizou que uma prova não vai medir o

conhecimento do aluno, então às vezes ela tem que buscar diferentes alternativas para acompanhar o avanço do aluno, buscando diferentes formas para estar avaliando esse aluno. Nesse sentido, Haydt (2000) *apud* Santos e Varela (2007 p.09) ressaltam que:

Medir significa determinar a quantidade, a extensão ou o grau de alguma coisa, tendo por base um sistema de unidades convencionais. Na nossa vida diária estamos constantemente usando unidades de medida, de tempo. O resultado de uma medida é expresso em número. Daí a sua objetividade e exatidão. A medida se refere sempre ao aspecto qualitativo do fenômeno a ser descrito.

**-As orientações sobre avaliação da aprendizagem dos alunos público alvo da educação especial que a SEMED tem oferecido aos professores da sala regular.**

Ao ser indagada sobre a existência de um referencial que a SEMED fornece para avaliar alunos os alunos público alvo da educação especial a professora informou que se elas existem nunca lhe passaram, ressaltando que este é o primeiro ano que ela trabalha com aluno especial<sup>12</sup> e ainda não recebeu nenhuma orientação acerca de como trabalhar com esse aluno na sala regular, enfatizando que não tem formação específica e que o conhecimento que tem na área da educação inclusiva se deu quando ainda estava cursando seu curso de Licenciatura em Pedagogia na UFFA, quando participou do Núcleo de Educação Especial (NEES).

Durante sua participação no NEES a professora informou ter participado de cursos de formação para professores só que estes eram voltados para professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE), o que demonstra que os professores da sala comum não têm recebido todas as instruções para lidar com aluno especial, e isso acaba se tornando uma contradição no que diz respeito à inclusão desse alunado na sala regular, afinal como tem preconizado vários documentos legais como a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e a Declaração de Salamanca.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 em seu artigo 59º § III estabelece que os sistemas de ensino assegurem aos educandos com necessidades especiais: Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

---

<sup>12</sup> Essa expressão estar sendo utilizada porque foi a expressão utilizada na resposta da professora durante a entrevista que nos concedeu.

Nessa mesma linha, o documento das Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica (BRASIL, 2001 p.34) assegura que:

São considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos ou disciplinas sobre educação especial e desenvolvidas competências para: [...] III avaliar continuamente a eficácia do processo educativo;

### **A aprendizagem dos alunos considerados público alvo da educação especial**

Em relação a aprendizagem dos alunos público alvo da educação especial, a professora diz que ele pode ter níveis de aprendizagem bem considerados, pois outros professores que a antecederam lhe informaram que ele ainda não era alfabetizado, e no referido ano já consegue escrever algumas letras, mesmo que sejam repetidamente. Para a professora ele consegue aprender sim, no entanto de uma forma diferenciada. Para tanto, este aluno precisa que a escola se adapte as suas necessidades e especificidades.

Na perspectiva da educação inclusiva não é o aluno que deve se adequar à escola, mas à escola ao aluno. O documento das Diretrizes Nacionais da educação especial na educação básica (BRASIL, 2001 p. 31) institui que:

Dessa forma, não é o aluno que se amolda ou se adapta à escola, mas é ela que consciente de sua função, coloca-se a disposição do aluno, tornando se um espaço inclusivo. Nesse contexto, a educação especial é concebida para possibilitar que o aluno com necessidades educacionais especiais atinja os objetivos da educação geral.

Sabemos que todos nós e em alguns aspectos somos diferentes, no entanto iguais no que se refere aos direitos e deveres. Contudo tratar os alunos público alvo da educação especial da mesma forma que os ditos normais pode ser considerado desumano e ao mesmo tempo excludente. Nessa linha Teixeira e Nunes (2010 p. 19), consideram que “para que a diversidade humana possa se fazer presente como valor universal, à escola assume um papel muito importante, precisando assumir uma postura de lócus construtor da igualdade”.

### **❖ Apresentação e análise dos dados da observação da escola B1**

A observação foi realizada na sala comum com a turma de 4º ano do ensino fundamental. A professora é formada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará, e nunca havia atuado como educadora. Trabalha apenas há quatro meses como professora.

O aluno observado possui deficiência intelectual e motora.

#### QUADRO 04- DADOS DA OBSERVAÇÃO NA ESCOLA B1

QUESTÕES OBSERVADAS NO DECORRER DA PESQUISA	ESCOLA B1
<p><b>Os professores utilizam os mesmos critérios e procedimentos para avaliar os alunos público alvo da educação especial.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A professora se desempenha para trabalhar com o aluno.</li> <li>• Enquanto os demais alunos realizam suas atividades a professora se reserva com o aluno, observando seu caderno e realizando atividades no livro. A aula era de matemática e a professora trabalhava matemática com o aluno.</li> <li>• O aluno ainda não sabe ler e escrever. Escreve o nome e algumas letras e já conta até dez. A professora trabalha com o aluno números decimais, o mesmo conteúdo que foi ministrado aos demais, porém dentro das potencialidades do aluno.</li> <li>• A professora não o trata diferentes dos demais.</li> <li>• O aluno participa da aula respondendo as perguntas da professora, porém só responde depois que houve os colegas responderem, ficando eufórico quando acerta.</li> <li>• Na avaliação de geografia a professora entrega para o aluno uma avaliação diferenciada dos demais, no entanto obedecendo aos conteúdos curriculares</li> </ul>



	<p>ministrados em sala de aula. A professora faz com o aluno uma revisão do assunto estudado e em seguida pede que ele pinte as duas figuras contidas em sua prova, onde uma corresponde aos elementos da zona urbana e a outra aos da zona rural. Quando termina a avaliação o aluno entrega a prova e vai embora, assim como os demais.</p>
<p><b>Dificuldades que os professores da sala comum manifestam em avaliar os alunos público alvo da educação especial.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As dificuldades estão mais relacionadas com a falta de formação específica na área e, além disso, a professora nunca recebeu orientação da SEMED para saber como irá avaliar esse aluno, as poucas orientações que lhes foram passadas foi pela coordenação da escola.</li> <li>• A falta de orientação por parte do Departamento de Educação Especial dificulta o processo, pois os professores não sabem ao certo o que avaliar e como avaliar.</li> </ul>
<p><b>A reação dos alunos público alvo da educação especial ao serem avaliados.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O aluno se mostrou ativo e interessado em participar das atividades.</li> <li>• Demonstra dificuldades, mas também apresenta muitos avanços.</li> <li>• Ficava contente quando conseguia realizar as atividades proposta pela professora.</li> </ul>

**Fonte: Protocolo de Observação**

**-Os professores utilizam os mesmos critérios e procedimentos para avaliar os alunos público alvo da educação especial.**

Durante a observação foi possível notar que a professora se esforça para atender a todos os alunos e ministrar uma boa aula. Durante uma aula de matemática cujo assunto era números decimais, enquanto os demais alunos da turma realizavam as atividades a professora se reserva com seu o aluno público alvo da educação especial com o aluno especial,

ensinando-lhe os mesmos conteúdos curriculares que ministrou para a turma, no entanto de uma forma que respeitasse os limites de aprendizagem do aluno. Dessa forma, percebemos que os critérios e procedimentos de avaliação utilizados pela professora para avaliar o aluno com deficiência intelectual não são os mesmos.

A avaliação de Geografia do aluno foi diferenciada dos demais. O tema da avaliação era sobre os elementos da zona urbana e zona rural. Como o aluno ainda não sabe ler e escrever sua prova continha duas imagens, uma referente à zona urbana e outra a zona rural. Enquanto os demais alunos respondem suas provas a professora chega para o aluno e faz uma revisão do que foi estudado, apontando os elementos contidos nas duas imagens e lhe perguntando que elementos eram aqueles e o aluno prontamente respondia oralmente, logo após, a professora pede para que ele pinte as duas imagens, e assim o aluno faz. Ao terminar sua avaliação ele entrega e vai embora assim como os outros.

Entendemos com isso, que a professora observa os avanços e possibilidades de aprendizagens que esse aluno apresenta com isso sua avaliação é diferenciada dos demais, no entanto, contendo em sua avaliação elementos que foram estudados em sala de aula. Dessa forma, o aluno não deixa de ser avaliado, porém os aspectos de sua avaliação estão relacionados com as suas potencialidades, consideramos então que esta é uma avaliação inclusiva. Dessa forma, Teixeira e Nunes (2010, p.58) consideram a avaliação inclusiva da seguinte forma:

A construção de uma avaliação inclusiva é, portanto, uma ação primordial para um substancial progresso no campo educacional, um rico potencial investidor de poder decisório e cultural, sendo, de fato, uma ação intencional e concomitantemente ser a descoberta das formas mais adequadas para atingir os objetivos educacionais direta e intencionalmente. Assim a singularidade dos sujeitos e sua construção histórica serão levadas em consideração e assimiladas pelos indivíduos para que eles se tornem cidadãos.

### **-Dificuldades que os professores da sala comum manifestam em avaliar os alunos público alvo da educação especial.**

As dificuldades observadas dizem respeito à falta de orientação por parte do departamento de educação especial sobre os critérios e procedimentos de avaliação para os alunos público alvo da educação especial. Os professores da sala comum tem se sentido inseguro frente ao processo avaliativo desses alunos, logo não sabem ao certo o que avaliar e como avaliar.

A falta de formação específica para atuar com os alunos público alvo da educação especial também aparece como uma dificuldade que tem sido enfrentada por muitos professores da sala comum. Percebe-se então, que as licenciaturas apesar de conter disciplinas em seu currículo sobre a educação inclusiva, não tem sido suficiente para os professores da sala regular.

Essa é uma realidade que vem sendo enfrentada por muitos quando o assunto é avaliação da aprendizagem, com base nisso temos atualmente muitos estudos referentes à avaliação da aprendizagem, mostrando a necessidade de novos olhares e novas práticas. Quando se trata da avaliação da aprendizagem dos alunos público alvo da educação especial isso se torna ainda mais criterioso, pois precisamos levar em conta as especificidades de cada educando bem como seus limites e possibilidades, mas também não podemos deixar de oferecer os conteúdos curriculares que são ministrados aos demais. Dessa forma, a avaliação da aprendizagem é um dos elementos essenciais para direcionar a prática pedagógica. Nessa linha, Oliveira e Sampaio (2005 p. 04), enfatizam que:

A avaliação deve se caracterizar como um instrumento capaz de estabelecer as condições de aprendizagem do aluno e sua relação com o ensino. Seus procedimentos devem permitir uma análise do desempenho pedagógico, oferecendo subsídios para o planejamento e a aplicação de novas estratégias de ensino que permitam alcançar o objetivo determinado pelo professor em cada conteúdo específico.

#### **-A reação do aluno público alvo da educação especial ao ser avaliado**

Ao longo de sua inserção no ensino regular a professora informou o aluno com deficiência intelectual tem apresentado vários avanços, pois quando chegou à escola não tinha a fala desenvolvida, hoje já fala mesmo apresentando dificuldade, brinca com os colegas, participa da aula. O aluno faz acompanhamento na APAE, mas diz que gosta mais da sala regular.

Durante o processo avaliativo verificamos que em nenhum momento o aluno com Deficiência Intelectual se sentiu constrangido, pelo contrário, sempre se mostrou apto a participar do processo, sempre participando ativamente das aulas e realizando as atividades propostas. Apresenta dificuldades de aprendizagem, mas que sabemos que são resultantes das limitações impostas pela deficiência. A sua euforia era notória quando conseguia realizar a atividade proposta, o que demonstra que esse ambiente é essencial para o desenvolvimento do

aluno com Deficiência Intelectual. Nesse sentido o Referencial da Avaliação da Aprendizagem na área da deficiência intelectual, (2007, p.16), afirma que:

A entrada do aluno com deficiência intelectual na escola regular, numa perspectiva inclusiva, proporciona um momento diferenciado para a educação brasileira, na medida em que possibilita um processo de criação pedagógica, na busca de novos procedimentos de ensino, novas estratégias metodológicas capazes de atingirem o potencial de cada um dos alunos, respeitando suas diferenças e ao mesmo tempo levando-os a inserção no mundo da cultura e na vivência histórica enquanto homem presente e atuante em seu tempo.

A inserção dos alunos público alvo da educação especial na rede regular de ensino tem sido a proposta da educação inclusiva, e isso se faz importante no sentido de que todos devem aprender juntos sem nenhum tipo de discriminação ou preconceito. No decorrer da pesquisa percebemos o quanto a proposta da inclusão tem beneficiado os alunos atendidos nessa modalidade, os quais tem se interagido socialmente com os demais, e, além disso, tem participado do processo de ensino e aprendizagem.

Sabemos que a escola é uma instituição que tem a função de permitir o acesso dos indivíduos aos conhecimentos teóricos e práticos que foram construídos e acumulados historicamente pelos homens. Sendo assim, como a educação é um direito de todos e de dever do estado esta não pode ser negada aos indivíduos com necessidades educacionais especiais, dessa forma eles precisam e devem ter acesso a esses conhecimentos, cabendo à escola que se organize para tal.

Dessa forma, podemos observar o quanto é importante para os alunos público alvo da educação especial frequentarem uma sala de ensino comum, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento significativo de suas aprendizagens, como também do seu desenvolvimento em nível social. Assim devemos considerar novas concepções em relação ao potencial de aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual.

#### ❖ **Apresentação e análise dos dados da entrevista da escola B1**

**QUADRO 05- DADOS DA ENTREVISTA NA ESCOLA B1**

QUESTÕES ENUNCIADAS NO DECORRER DA PESQUISA	ESCOLA B1
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “Olha a avaliação da aprendizagem do aluno que tem deficiência depende do</li> </ul>

<p><b>Os professores utilizam os mesmos critérios e procedimentos para avaliar os alunos público alvo da educação especial.</b></p>	<p>aluno, depende da deficiência e depende do comportamento do aluno”.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• “A atividade que eu passo para os outros alunos que eu colo no caderno, eu colo no caderno dele também. Ah! Mas ele não vai conseguir ler, mas eu pego as palavras chaves e peço para ele cobrir, eu pego as palavras chaves e peço para ele ligar”.</li> <li>• “Ele faz a prova dele. É diferenciada da dos outros”.</li> <li>• “As atividades de matemática são mais relacionadas aos números mesmos, eu não vou colocar ele para fazer continha porque ele não conhece os números”.</li> <li>• “Mas ele faz todas as provas de todas as disciplinas, mas ele é como o aluno comum, tem avaliação pra todo mundo ele senta na carteira dele, faz a avaliação dele e vai embora como tem que ser”.</li> </ul>
<p><b>Dificuldades que os professores da sala comum manifestam em avaliar os alunos público alvo da educação especial.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “Não tive nenhum tipo de orientação a não ser da escola mesmo quanto a como trabalhar com esses alunos especiais e assim, o que eu acho que é correto, porque eu trabalho da maneira que eu acho que é correta, eu não tenho nenhuma orientação dizendo: Olha você vai dar tal atividade, olha agora é isso. Como eu conduzo esse aluno na sala de aula é bem particular mesmo do professor”.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “Eu tenho aluno especial, tinha outro que saiu, mas não tive nenhum tipo de orientação a não ser da escola mesmo quanto a como trabalhar com esses alunos</li> </ul>

<p><b>Acerca das orientações oferecidas pela SEMED sobre a avaliação da aprendizagem para os alunos público alvo da educação especial.</b></p>	<p>especiais”.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• “Eu trabalho da maneira que eu acho que é correta, eu não tenho nenhuma orientação dizendo: Olha você vai dar tal atividade, olha agora é isso.</li> </ul>
<p><b>A aprendizagem dos alunos considerados público alvo da educação especial</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “Não que eu tenha experiência. Pode ser que tenha aluno especial que consiga ter o mesmo nível pode ser que tenha eu não tive essa experiência”.</li> <li>• “mas eu acredito sim que tem aluno que consiga se desenvolver. dependendo de qual dificuldade ele tá sentindo na sala de aula”.</li> <li>• “No caso específico dele (<i>Seu aluno especial</i>) é difícil ele conseguir, nesse caso específico dele que é o único que eu posso te falar porque é o único que eu tenho experiência”.</li> </ul>

**Fonte: Roteiro de entrevista**

**-Os professores utilizam os mesmos critérios e procedimentos para avaliar os alunos público alvo da educação especial.**

Mediante os dados da entrevista (quadro 05), podemos perceber que a professora do aluno com deficiência intelectual não utiliza os mesmos critérios e procedimentos para avaliar este aluno. Sua prova é diferenciada dos demais, no entanto contendo conteúdos curriculares referentes à série que está cursando. O aluno é tratado como os demais, se tem prova ele faz todas as provas. Apesar do aluno não saber ler e escrever a professora o estimula a partir daquilo que ele consegue realizar e sempre procurando minimizar as dificuldades.

verificamos que essa professora procura estratégias a fim de possibilitar a plena inserção desse aluno na sala comum, considerando sua forma peculiar de aprender e de se articular com a sociedade. Considerando que, cabe à escola criar condições necessárias para o desenvolvimento do aluno, bem como para a superação dos seus limites, sabendo que o aluno

não se desenvolve sozinho. Cabendo à escola, bem como sua equipe para superar ao máximo as limitações impostas pela deficiência.

**-Dificuldades que os professores da sala comum manifestam em avaliar os alunos público alvo da educação especial.**

Durante a entrevista a dificuldade relatada pela professora diz respeito à falta de orientação sobre de que maneira deve trabalhar com os alunos que são público alvo da educação especial. Segundo seu relato a única orientação que recebeu foi por parte da escola quanto a como a professora deveria trabalhar com esse aluno.

Conforme citado acima, a falta de clareza e de orientações sobre a avaliação da aprendizagem dos alunos público alvo da especial, tem dificultado o processo de avaliação desses alunos por partes dos professores da sala comum. Observamos que essa professora tem conduzido à avaliação desse aluno de acordo com as suas potencialidades, no entanto isso não significa que ela não precisa ser orientada por parte da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), pois sabemos que orientações a esse respeito nunca são excessivas, pelo contrário são necessárias para que não pratiquemos em nossas escolas uma avaliação de caráter excludente e classificatória.

Em relação à avaliação classificatória Luckesi (2005, p. 35) considera que:

Com a função classificatória, a avaliação constitui-se num instrumento estático e frenador do processo de crescimento; com a função diagnóstica, ao contrário, ela constitui-se num momento dialético do processo de avançar no desenvolvimento da ação, do crescimento para a autonomia, do crescimento para a competência etc. como diagnóstica, ela será um momento dialético de “senso” do estágio em que se está e de sua distancia em relação à perspectiva que estar colocada como ponto a ser atingido à frente. A função classificatória subtrai da prática de avaliação aquilo que lhe é constitutivo: a obrigatoriedade da tomada de decisão quanto à ação, quando ela está avaliando uma ação.

**-Acerca das orientações oferecidas pela SEMED sobre a avaliação da aprendizagem para os alunos público alvo da educação especial.**

O relato da professora em relação a essa questão nos mostra aquilo que já foi relatado e analisado anteriormente. Os dados dessa entrevista ressaltam e afirmam mais uma vez que a professora não recebeu e nem tem recebido atualmente orientações para trabalhar com os alunos público alvo da educação especial. Não tem chegado à professora nenhuma orientação que especifiquem quais são os critérios e procedimentos de avaliação para os alunos com

deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação. Dessa forma, a professora tem conduzido a avaliação do aluno com deficiência intelectual da maneira que ela pensa ser certa.

Acreditamos que um professor de um aluno público alvo da educação especial não avalie esse aluno da forma que pensa estar correto, pelo contrário, o professor desse aluno precisa estar ciente acerca de como deve se proceder para avaliar este aluno, além disso, precisa estar baseado em conhecimentos teóricos e práticos referentes à avaliação da aprendizagem. O professor da sala comum precisa ser orientado e participar das formações em educação inclusiva, essa política não deve estar voltada somente para os professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

A partir do discurso dessa professora verificamos a carência de oportunidades de formação continuada e a necessidade de que tais formações tenham uma interlocução com a prática. Destacamos aqui a necessidade para a formação continuada dos professores das salas comuns na perspectiva inclusiva, ressaltando a importância acerca da avaliação da aprendizagem.

#### **-A aprendizagem dos alunos considerados público alvo da educação especial**

Para a professora, os alunos público alvo da educação especial pode sim ter um nível de aprendizagem considerável, no entanto considera que para o seu aluno com deficiência intelectual isso será muito difícil. No geral, acredita que alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação podem se desenvolver, todavia isso dependerá da necessidade que ele esteja sentindo.

Verificamos com isso que nós, enquanto educadores, não podemos determinar qual será o nível de aprendizagem do aluno público alvo da educação especial, este pode se desenvolver além do que pensamos como também pode apresentar muitas limitações e não conseguir obter muitos avanços, mesmo tendo o suporte necessário para tanto. Portanto, não cabe a nós dizermos se esse aluno conseguirá ou não atingir o mesmo nível de aprendizagem de um aluno considerado “normal”.

#### **❖ Apresentação dos dados e análise da observação da escola B2**

A observação foi realizada na sala comum com a turma do 5º ano do ensino fundamental. O professor da referida turma é graduado em Pedagogia e possui especialização em psicopedagogia e trabalha há catorze anos no município.



A aluna observada possui deficiência visual (baixa visão) e apresenta um possível quadro de deficiência intelectual.

**QUADRO -06 DADOS DA OBSERVAÇÃO DA ESCOLA B2**

QUESTÕES OBSERVADAS NO DECORRER DA PESQUISA	ESCOLA B2
<p><b>Os professores utilizam os mesmos critérios e procedimentos para avaliar os alunos público alvo da educação especial.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O professor não utiliza os mesmos critérios e procedimentos de avaliação para avaliar sua aluna com baixa visão.</li> <li>• Suas avaliações são diferenciadas, na maioria de pintura, porque a aluna não é alfabetizada.</li> </ul>
<p><b>As dificuldades que os professores da sala comum apresentam em avaliar os alunos público alvo da educação especial.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de formação e orientação para trabalhar com os alunos público alvo da educação especial.</li> <li>• Salas superlotadas e alunos em diferentes níveis de aprendizagem.</li> </ul>
<p><b>A reação dos alunos público alvo da educação especial ao serem avaliados.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A aluna não apresenta entusiasmo em realizar as atividades.</li> <li>• Isola-se no canto da sala e quando o professor sai de perto dela ela fecha e o caderno e às vezes dorme enquanto o professor ministra a aula.</li> </ul>

**Fonte: Protocolo de observação**

**-Os professores utilizam os mesmos critérios e procedimentos para avaliar os alunos público alvo da educação especial**

Durante o período de observações percebemos que o professor não utiliza os mesmos critérios e procedimentos de avaliação para avaliar sua aluna com baixa visão. Os seus critérios de avaliação estão relacionados com as capacidades que sua aluna vem desenvolvendo. A aluna ainda não está alfabetizada diante disso, o professor faz algumas atividades com figuras e posteriormente ela pinta. Sabe-se que cada indivíduo possui especificidades e necessidades diferenciadas, sendo assim, com as pessoas com necessidades educacionais especiais isso não é diferente. Cada indivíduo denominado público alvo da educação especial, possui comportamentos diferenciados, níveis de aprendizagem diferenciados e etc.

Beyer (2010 p. 28) apresenta a individualização do ensino como sendo a primeira condição para a educação inclusiva e que exige uma nova forma de pensar. Dessa maneira, os professores precisam compreender que as crianças são diferentes entre si. Nesse caso:

Elas são únicas em sua forma de pensar e aprender. Todas as crianças, não apenas as que apresentam alguma limitação ou deficiência, são especiais. Por isto, também é errado exigir de diferentes crianças o mesmo desempenho e lidar com elas de maneira uniforme. O ensino deve ser organizado de forma que contemple as crianças em suas distintas capacidades. A individualização do ensino significa a individualização dos alunos, da didática e da avaliação.

Em uma sala de aula inclusiva não se deve atender a todos os alunos da mesma maneira, nesse caso, como essa aluna não tem desenvolvido os conteúdos curriculares, seu professor tem trabalhado dentro dos limites que ela tem demonstrado. Cabe frisar que a aluna mesmo com o seu quadro de baixa visão não possui recursos adequados na sala comum que a auxiliem o seu quadro de deficiência. Através de relatos do professor da sala comum ela possuía um óculos, mas o quebrou porque se sentia diferente. Atualmente participa das aulas sem os óculos e isso tem dificultado mais ainda seu processo educativo.

**-Dificuldades que os professores manifestam em avaliar os alunos público alvo da educação especial.**

Como em muitos dos casos anteriores à formação inicial e continuada dos professores ainda tem sido bem apresentada como uma das principais dificuldades da educação inclusiva. Verificamos que a falta de formação na área dificulta o processo de aprendizagem

tanto do professor, quanto do aluno, logo ambos se prejudicam. Os professores em sua maioria ficam confusos acerca do que avaliar, como avaliar, como adequar os conteúdos e também como atender um aluno com necessidade educacional quando possui mais de 30 alunos em sala de aula, muitos se questionam sobre como atender a todos com a qualidade devida. Sobre a formação continuada Capellini e Mendes (2004, p. 10) destacam que:

A formação continuada deve possibilitar aos professores reflexões sobre o comprometimento com a aprendizagem e o desenvolvimento de seus alunos e que atentos às diversidades sociais, culturais e pessoais, estaremos contribuindo para que essas diferenças não se tornem causa de evasão e de exclusão escolar.

As salas superlotadas também aparecem como sendo uma grande dificuldade para o processo de inclusão, uma vez que um professor sozinho em sala de aula precisa atender a todos alunos, sabendo que cada um apresenta uma dificuldade específica. Dessa forma, em muitos casos alguns professores optam por atender melhor aqueles que para eles demonstram maiores níveis de aprendizagem.

#### **-A reação da aluna público alvo da educação especial ao ser avaliada**

De acordo com o que foi apresentado no (quadro 06), a aluna não se mostrou muito interessada em realizar as atividades propostas pelo professor, só as realizava quando ele chegava perto ou quando tinha a ajuda de um colega, quando não acontece isso ela fecha o caderno e dorme. Não demonstrava entusiasmo durante a da aula e também não participa, mesmo quando o professor se dirige a ela para fazer alguma pergunta do conteúdo da aula ela simplesmente fica calada e não responde a pergunta do professor.

Como já foi citado anteriormente essa aluna não se relaciona bem com seus colegas da turma, sempre procura uma maneira de se isolar e ficar sozinha. Quase sempre falta as aulas na sala regular e também falta muito no AEE, no entanto ela ainda frequenta mais o AEE do que a sala comum. Portanto pouco pode se observar da sua reação enquanto era avaliada.

#### **❖ Apresentação e análise dos dados da entrevista da escola B2**

##### **QUADRO 07-DADOS DA ENTREVISTA DA ESCOLA B2**

QUESTÕES ENUNCIADAS NO	
------------------------	--

DECORRER DA PESQUISA	ESCOLA B2
<p><b>Os professores utilizam os mesmos critérios e procedimentos para avaliar os alunos público alvo da educação especial.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “É complicado pra gente avaliar um aluno desse, principalmente pela quantidade de alunos que a gente tem em sala de aula, uma sala superlotada pra gente atender essas crianças que elas precisam de atenção especial, voltadas pra elas”.</li> <li>• “A gente vai tentando trabalhar ai da forma como a gente pode, fazendo adaptações de conteúdo, o que a gente pode, tá integrando essa criança ao meio junto com os outros colegas, para que ela não sofra preconceitos”.</li> <li>• Eu acho que a avaliação da aprendizagem ela deve ser feita com aquilo que o aluno produz, possa produzir. Eu não posso cobrar de um aluno com deficiência a mesma coisa que um aluno dito normal possa aprender. Então a gente vai avaliando de acordo com o desenvolvimento dele, do que ela possa estar produzindo, da interação dele com as crianças, os conteúdos que são aplicados não são avaliados da mesma forma. É de uma forma diferenciada. “A avaliação feita pelos alunos ditos normais é diferente do aluno que é especial”.</li> <li>• Como os conteúdos eles não são adaptados assim tenta se trabalhar mais questões de alfabetização mesmo. Se ela não conhece letras, o alfabeto, não consegue ler convencionalmente eu não</li> </ul>

	<p>posso pegar um conteúdo de matemática ou de língua portuguesa que eu estou trabalhando produção de texto e colocar pra ela fazer. Eu posso estar trabalhando questões de figura, que ela possa estar fazendo aquela leitura não convencional, através das imagens.</p>
<p><b>Dificuldades que os professores da sala comum manifestam em avaliar os alunos público alvo da educação especial.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “A formação que a gente não tem que contribua, para que a gente possa compreender melhor a deficiência da criança e estar atuando em cima e material que a gente não encontra”.</li> <li>• “A maior dificuldade que eu acho é a adaptação de conteúdo porque não é fácil você adaptar conteúdo para uma criança, um conteúdo de 5º ano pra me adaptar pra ela (sua aluna com baixa visão) se ela é analfabeta, se ela não conhece as letras, então eu acho que pelo currículo deveria se fazer essas adaptações, mas na maioria das vezes isso não acontece”.</li> <li>• “A adaptação do currículo não é fácil até hoje eu não aprendi. A gente tenta fazer, mas não é algo às vezes... a pessoa que a gente estar tentando incluir acaba sendo excluído”.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “Nós tivemos há alguns anos atrás, estudos se tratando desse tipo de clientela, onde os formadores nos orientavam a como trabalhar com essas crianças inclusivas em sala de aula com algum tipo de deficiência”.</li> </ul>

<p><b>Acerca das orientações oferecidas pela SEMED sobre a avaliação da aprendizagem para os alunos público alvo da educação especial.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “As orientações que nós recebíamos era que deveriam ser feitas adaptações no conteúdo, e que essa criança deveria ser avaliada em sala de aula de acordo com o que ela produzisse, com sua capacidade de produção”.</li> <li>• “Até ano passado nós tínhamos essas formações, atualmente nessa gestão nós não tivemos mais esse tipo de formação”.</li> </ul>
<p><b>A aprendizagem dos alunos público alvo da educação especial</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “Depende muito da dificuldade da aprendizagem que a deficiência que a criança tem”.</li> <li>• Existe deficiência que a gente percebe que a aprendizagem é muito lenta, já outras a gente percebe que a criança avança, mas em determinadas deficiências o que mais se trabalha mesmo é esse convívio com as crianças, já que a gente percebe que a aprendizagem dela é lenta ou quase mínimo do mínimo, assim a taxa cognitiva mesmo, a gente tá falando de conhecimento de conteúdo, mas já se leva mais pela socialização dessas crianças.</li> </ul>

**Fonte: Roteiro de entrevista**

**-Os professores utilizam os mesmos critérios e procedimentos para avaliar os alunos público alvo da educação especial.**

Mediante essa questão o professor entrevistado diz que a avaliação dos alunos público alvo da educação especial é diferenciada dos alunos considerados normais, considerando em seu processo avaliativo os avanços que sua aluna consiga atingir mesmo com suas limitações.

Leva-se em conta na avaliação o que essa aluna consiga produzir. Destacando que ele não pode cobrar de um aluno público alvo da educação especial o mesmo conteúdo que o aluno considerado normal.

Assim, verificamos que mesmo sem os conhecimentos claros acerca da avaliação da aprendizagem dos alunos público alvo da educação especial o professor avalia sua aluna dentro dos seus limites e potencialidades, considerando aquilo que Beyer (2010 p. 30) denomina de individualização da avaliação, a qual diz respeito a não avaliar o desempenho desses alunos utilizando os mesmos critérios ou as mesmas enfatizando que:

Numa escola inclusiva, a comparação entre os alunos não é apoiada, e o princípio da individualização da avaliação é cuidadosamente praticado. Dá-se preferência a processos de avaliação que sirvam de retroalimentação do processo de ensino-aprendizagem, isto é, que informem se o aluno está conseguindo progredir em sua aprendizagem, quais metas tem atingido, quais não, enfim, qual a variabilidade positiva e as adversidades em seu aprender.

Nessa mesma linha Luckesi (2005 p. 95), propõe que “a avaliação do aproveitamento escolar seja praticada como uma atribuição de qualidade aos resultados da aprendizagem dos educandos, tendo por base seus aspectos essenciais e, como objetivo final, uma tomada de decisão”, e essa tomada de decisão é justamente o que vai direcionar o aprendizado e, conseqüentemente, o desenvolvimento do educando.

### **-As dificuldades que os professores da sala comum manifestam em avaliar os alunos público alvo da educação especial.**

Em relação às dificuldades encontradas por esse professor em trabalhar com alunos público alvo da educação especial ele destaca que a falta de formação é uma grande dificuldade, pois acabam não sabendo como lidar com esse aluno em sala de aula, com isso a formação seria um grande passo para a inclusão, no sentido de que possivelmente auxiliaria o professor da sala comum acerca de como trabalhar com os alunos público alvo da educação especial na sala regular.

Apesar da falta de formação ser uma dificuldade o professor apresenta a adaptação de conteúdo como sendo a maior dificuldade encontrada por ele. Pois ele questiona o fato de como adaptar o conteúdo programático correspondente ao 5º ano se sua aluna ainda é analfabeta. Esse professor enfatiza que até hoje nunca aprendeu a adaptar esses conteúdos, dessa forma, segundo ele, ao invés desses alunos serem incluídos eles acabam muitas das

vezes sendo excluídos do processo educativo. De acordo o documento Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais, (BRASIL 2003, p. 34) as adequações curriculares se constituem da seguinte forma:

As adequações curriculares constituem, pois, possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize a adequação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Não um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos. Nessas circunstâncias, as adequações curriculares implicam a planificação pedagógica e a ações docentes fundamentadas em critérios que definem:

- O que o aluno deve aprender;
- Como e quando aprender;
- Que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem;
- Como e quando avaliar o aluno.

Nessa mesma linha Teixeira e Nunes (2010 p. 23), ressaltam que “a educação inclusiva pressupõe o atendimento a todos os alunos, em que um mesmo currículo esteja aberto às diferenças, garantindo o direito a construção de conhecimentos e valores”. Sendo assim, percebemos a importância da adequação dos conteúdos curriculares, no sentido de garantir o acesso e a participação dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, as mesmas oportunidades dos demais.

#### **-Acerca das orientações oferecidas pela SEMED sobre a avaliação da aprendizagem para os alunos público alvo da educação especial.**

Diante do exposto no (quadro 07), notamos que o professor enfatiza que já houve formações para os professores da sala comum acerca da avaliação da aprendizagem dos alunos público alvo da educação especial, no entanto essas formações foram na gestão passada do Departamento de educação especial e que esse ano ainda não houve. Sobre os aspectos avaliativos para os alunos público alvo da educação especial, as formações orientavam o professor a avaliar o aluno naquilo que ele já desenvolveu, de acordo com os avanços que ela apresente. Segundo o professor, além, disso essas formações também enfatizavam a questão das adaptações curriculares.

Nota-se que atualmente essas formações acerca da avaliação da aprendizagem para os alunos público alvo da educação especial, não tem correspondido os anseios dos professores das salas regulares, uma vez que elas necessitam constantemente de orientações não somente



acerca da avaliação da aprendizagem, mas também de muitos outros temas que permeiam a educação inclusiva. Os professores de sala comum se sentem em sua maioria impossibilitados de desenvolver um bom trabalho com esses alunos, uma vez que não se sentem preparados, logo a falta de orientação pode vir a dificultar ainda mais o processo de inclusão dos alunos considerados público alvo da educação especial.

### **-A aprendizagem dos alunos considerados público alvo da educação especial**

Em relação a essa questão o professor compreende que esse nível de aprendizagem depende muito de cada aluno, ou seja, cada indivíduo se desenvolve de uma forma diferenciada. Segundo ele existem pessoas com deficiência que tem uma aprendizagem muito lenta, já outras se desenvolvem rapidamente e consegue aprender os conteúdos curriculares. Como já vem sendo colocado bastante no decorrer do trabalho os indivíduos possuem diferenças entre si, nesse caso, com as pessoas que possuam necessidades educacionais especiais isso também não é diferente, cabe ao educador respeitar seus limites de aprendizagem, mas também nunca duvidar do seu potencial.

Nessa perspectiva Beyer (2010 p. 29) apresenta outro princípio da inclusão que é a individualização dos alvos.

Uma aula dada num ambiente escolar inclusivo exige dos alunos justamente o que eles têm capacidade de demonstrar. Nem mais, nem menos. Crianças com altas habilidades ou superdotação podem e devem demonstrar melhor desempenho. Crianças fisicamente sadias podem correr mais rapidamente e pular mais alto do que crianças com limitações ou deficiência física. Deve-se e pode-se esperar que cada criança corresponda às suas capacidades individuais e desenvolva sua própria personalidade. Nós, educadores, devemos ficar contentes quando uma criança se torna o que ela pode vir a ser e obtém o desempenho que esteja ao seu alcance. Mais não podemos exigir dela.

### **❖ Apresentação e análise dos dados da observação da escola C.**

A observação foi realizada na sala comum, em turma do 6º ano do Ensino Fundamental. A professora é formada em Ciências naturais e Licenciada em Biologia e já tua como educadora há 06 (seis) anos.

O aluno observado era um aluno surdo.

### **QUADRO 08- DADOS DA OBSERVAÇÃO NA ESCOLA C**

QUESTÕES OBSERVADAS NO DECORRER DA PESQUISA	ESCOLA C
<b>Os professores utilizam os mesmos critérios e procedimentos para avaliar os alunos público alvo da educação especial.</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Durante a aula em nenhum momento a professora se dirigiu ao aluno.</li> <li>• Não há professor intérprete em sala de aula.</li> </ul>
<b>Dificuldades que os professores da sala comum manifestam em avaliar os alunos público alvo da educação especial.</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de clareza no que diz respeito à avaliação do aluno com necessidades educacionais especiais, bem como da educação inclusiva.</li> </ul>
<b>A reação dos alunos público alvo da educação especial ao serem avaliados.</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não foi possível observar</li> </ul>

Fonte: protocolo de Observação

**-Os professores utilizam os mesmos critérios e procedimentos para avaliar os alunos público alvo da educação especial.**

O aluno observado na referida escola possui deficiência auditiva. Durante o período de observação a professora em nenhum momento se dirigiu ao aluno. Percebemos com a observação que não há na sala de aula professor intérprete de LIBRAS, logo após, esse dado foi confirmado através da entrevista com a professora.

A falta de um professor intérprete de LIBRAS já é algo muito sério a se pensar, pois sabemos que o aluno surdo tem garantido por lei a presença de um professor intérprete na sala regular. O documento da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008, p. 17) prevê que:

Para o ingresso dos alunos surdos nas escolas comuns, a educação bilíngue – Língua Portuguesa /Libras desenvolve o ensino escolar na Língua Portuguesa e na língua de sinais, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para surdos, os serviços de tradutor intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o ensino da Libras para os demais alunos da escola.

Apesar disso, o aluno mostrava interesse ao copiar no caderno o que a professora havia copiado no quadro, quando não estava copiando o texto do quadro ele fazia alguns desenhos no caderno. Percebemos com isso que durante a pesquisa o aluno não foi incentivado a participar da aula.

**-Dificuldades que os professores da sala comum manifestam em avaliar os alunos público alvo da educação especial.**

A dificuldade mais visível em relação a essa questão foi à falta de formação inicial e continuada sobre a educação inclusiva, bem como a falta de orientação sobre os aspectos avaliativos dos alunos público alvo da educação especial. Conforme mencionado no início dessa análise, a professora é formada em Ciências naturais licenciada em Biologia, talvez devido a isso a professora não tenha elementos substanciais em sua formação sobre a educação inclusiva.

Além disso, acreditamos que o fato de ser uma turma de sexto ano implica ainda mais no processo de inclusão desse aluno, uma vez que não é apenas um professor que lida diariamente com esse aluno, ao contrário das séries iniciais, onde o professor tutor trabalha com as diferentes disciplinas. Cabe ressaltar aqui que são apenas hipóteses, precisa-se trabalhos mais detalhados para si confirmar essas suposições.

**- A reação do aluno público alvo da educação especial ao ser avaliado**

Conforme apresentado no quadro não obtivemos resultados em relação a essa categoria, tendo em vista que não observamos em nenhum momento a professora avaliar o aluno.

**❖ Apresentação e análise dos dados da entrevista da escola C**

**QUADRO 9- DADOS DA ENTREVISTA DA ESCOLA C**

QUESTÕES ENUNCIADAS NO DECORRER DA PESQUISA	ESCOLA C
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “A média deles é 06 (seis) a gente não pode discutir isso, eu não posso criar uma prova para avaliar ele. [...] Ele tem</li> </ul>

<p><b>Os professores utilizam os mesmos critérios e procedimentos para avaliar os alunos público alvo da educação especial.</b></p>	<p>seis, essa é a média”.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• “Esse trabalho a gente não avalia, esse trabalho é enviado para a professora aqui da escola (AEE) é ela quem avalia”.</li> <li>• “A gente não tem uma avaliação apropriada. a gente não tem uma atividade voltada somente pra ele, a gente tenta interagir com ele. O aluno especial ele tá lá para interagir certo?”.</li> </ul>
<p><b>Dificuldades que os professores da sala comum manifestam em avaliar os alunos público alvo da educação especial.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “A gente não tem nenhum padrão assim, dizendo eu vou analisar isso e isso nele”.</li> <li>• “Eles só tão passando de série só pra interagir, eles não tem a questão cognitiva bem desenvolvida”.</li> </ul>
<p><b>Acerca das orientações oferecidas pela SEMED sobre a avaliação da aprendizagem para os alunos público alvo da educação especial.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “Veio um documento aí de uma formação, mas... nunca teve”.</li> <li>• “Veio dizendo que cada escola aqui do núcleo ia ter um dia voltado para a formação de LIBRAS, mas nunca aconteceu”.</li> </ul>
<p><b>A aprendizagem dos alunos considerados público alvo da educação especial.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “alguns sim, outros não”.</li> </ul>

Fonte: Roteiro de Entrevista

**-Os professores utilizam os mesmos critérios e procedimentos para avaliar os alunos público alvo da educação especial.**

Em relação a essa questão a professora informou que esse trabalho ela não avalia quem avalia é o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), além disso, diz que a média dele é 06 (seis) e que a gente não pode discutir isso, ressaltando que não pode criar uma

prova para avaliá-lo. Verificamos com os relatos da professora que a mesma não tem conhecimentos claros acerca do processo de inclusão nem tampouco da avaliação da aprendizagem em uma perspectiva inclusiva.

Sabemos que não é porque o aluno apresenta limitações decorrentes de sua deficiência é que ele vai deixar de ser avaliado, pelo contrário, esse aluno apresenta limitações, mas também apresenta inúmeras possibilidades de aprendizagem.

Nesse sentido Teixeira e Nunes (2010, p. 82) enfatizam que:

Promover uma educação inclusiva não é privar o indivíduo do direito de ser avaliado, de ser contemplado e analisado em seu crescimento e desenvolvimento. Trabalhar de modo inclusivo é manter certos princípios do padrão universal, pois as pessoas com necessidades especiais tem o direito de serem avaliadas em suas potencialidades, de serem enxergadas como sujeitos capazes de superarem expectativas é permitir que todos tenham a oportunidade de demonstrar resultados, competências e conhecimentos, equalizando e disseminando uma educação de qualidade para todos.

De acordo com essa professora o motivo pelo qual o aluno público alvo da educação especial frequentar a escola é o intuito de se interagir com os demais, relatando que como a sala é muito cheia ela não tem uma atividade específica pra ele, *tentando* interagir, *tentando* realizar as atividades. O relato da professora acerca da avaliação da aprendizagem escolar dos alunos público alvo da educação especial pode nos levar a pensar seriamente sobre a “inclusão” de muitos desses alunos, que em muitos dos casos não tem seus direitos educacionais garantidos.

A inserção do aluno público alvo da educação especial na sala comum se faz necessário não apenas para que ele se interaja socialmente, ressaltando que esse também é um elemento de extrema importância, no entanto faz-se necessário que lhes sejam garantidos um ensino de qualidade, onde o aluno também possa ter acesso a conteúdos curriculares, tendo os mesmo direitos dos demais.

### **-Dificuldades que os professores da sala comum manifestam em avaliar os alunos público alvo da educação especial.**

Segundo a professora uma das dificuldades enfrentadas é justamente a falta de um referencial que oriente o professor acerca do que avaliar e como avaliar o aluno público alvo da educação especial. Além disso, a professora diz nunca ter participado de cursos de

formação que orientasse o professor da sala comum sobre a avaliação da aprendizagem para esse público.

Percebemos mais uma vez que o tema sobre a formação aparece como um forte fator indicativo que dificulta o processo de inclusão dos alunos público alvo da educação especial. Portanto é necessário que se pense sobre a formação continuada na área da inclusão voltada para os professores das salas regulares, pois percebemos que grandes são as dificuldades enfrentadas por eles em relação à formação. De acordo com Veltrone e Mendes (2007, p. 08), “a formação de professores para a inclusão escolar precisa ser um processo que realmente busca garantir uma educação de qualidade”.

#### **-As orientações sobre avaliação da aprendizagem dos alunos público alvo da educação especial que a SEMED tem oferecido aos professores da sala regular.**

Durante a entrevista quando foi questionada sobre a existência de um referencial fornecido pela SEMED que definem quais critérios e procedimentos de avaliação da aprendizagem a serem adotados para avaliar os alunos público alvo da educação especial, a professora informou que não recebem. Alegando que em uma época veio um documento sobre uma formação voltada para Libras, mas que segundo a professora não ocorreu.

Mais uma vez percebemos a ausência das orientações por parte do departamento de educação especial que oriente os professores da sala comum acerca da avaliação da aprendizagem dos alunos público alvo da educação especial. Sabemos que orientações que define quais os critérios e procedimentos de avaliação para alunos público alvo da educação especial são importantes e necessárias para orientar a prática avaliativa do professor da sala comum.

#### **-A aprendizagem dos alunos considerados público alvo da educação especial**

Em relação a essa questão a professora acredita que alguns conseguem ter um nível de aprendizagem como os ditos normais, outros não. Com isso, percebemos que a professora compreende que nem todos conseguem se desenvolver da mesma forma. Nesse aspecto, a professora compreende que cada aluno tem sua forma de aprender, levando em conta também suas limitações e especificidades.

O professor enquanto educador não deve de maneira nenhuma se apoiar nas limitações dos alunos público alvo da educação especial, pelo contrário, deve sim, atentar-se para as

limitações, mas sempre levando em conta seu potencial de aprendizagem, nunca compará-lo ou igualá-lo com os demais, afinal este não é um princípio inclusivista.

### ❖ **Apresentação dos dados da observação da Escola D.**

A observação foi realizada na sala comum na turma de 4º ano do Ensino Fundamental. A professora da turma é graduada em Pedagogia e pós-graduada em gestão e supervisão escolar.

Os alunos observados foram dois irmãos com Síndrome de Down, sendo um rapaz e uma moça.

**QUADRO 10- DADOS DA OBSERVAÇÃO DA ESCOLA D**

QUESTÕES OBSERVADAS NO DECORRER DA PESQUISA	ESCOLA D
<p><b>Os professores utilizam os mesmos critérios e procedimentos para avaliar os alunos público alvo da educação especial.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os dois alunos com síndrome de Down (idades de 17 e 22 anos) estão pela primeira vez em uma escola regular.</li> <li>• Chegaram à escola com a coordenação motora pouco desenvolvida.</li> <li>• Os critérios e procedimentos de avaliação não são os mesmos.</li> <li>• As atividades desenvolvidas por eles na escola são pintura e já estão sendo alfabetizados.</li> <li>• Já estão conhecendo as cores e fazendo recortes.</li> <li>• A professora avalia o desempenho deles nas atividades propostas, assim todo avanço alcançado é levado em consideração na avaliação.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de clareza sobre os critérios de</li> </ul>

<b>Dificuldades que os professores da sala comum manifestam em avaliar alunos público alvo da educação especial.</b>	avaliação a serem considerados. <ul style="list-style-type: none"> <li>• Orientação acerca da avaliação de alunos com necessidades educacionais especiais.</li> </ul>
<b>A reação dos alunos público alvo da educação especial ao serem avaliados.</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mostravam interesse pelas atividades desenvolvidas e em participar das atividades.</li> <li>• Ficavam contentes quando conseguiam realizar as atividades.</li> </ul>

**Fonte: Protocolo de Observação**

**-Os professores utilizam os mesmos critérios e procedimentos para avaliar os alunos público alvo da educação especial.**

Através dos dados da observação da escola D (quadro10) foi possível perceber que a professora da turma mesmo sem os conhecimentos claros acerca da avaliação da aprendizagem para os alunos público alvo da educação especial, não utiliza os mesmos critérios e procedimentos para avaliar os seus dois alunos com síndrome de Down.

Mediante o quadro 10 constata-se o fato desses alunos estarem cursando pela primeira vez uma escola, dessa forma em relação aos outros alunos da turma suas competências e habilidades não correspondiam com suas idades. Sendo assim a professora precisou trabalhar com eles primeiramente a coordenação motora, questões sobre higiene para que tivessem condições de ir ao banheiro sozinhos, posteriormente trabalhou com pinturas, e mais tarde as letras do alfabeto e os números, realizando atividades que signifiquem fatores novos de desafio cognitivo. Com isso, a professora avalia seus progressos e tenta trabalhar de acordo com a necessidade que eles venham apresentar. Nesse sentido sobre a inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais na sala regular Beyer (2010, p.30) afirma que:

É injusto avaliar o desempenho de diferentes crianças com os mesmos critérios ou as mesmas medidas. Crianças que são únicas em suas características, e, ao mesmo tempo, diferentes entre si, não podem ser comparadas através de procedimentos escalonados por uma média, que definem os alunos como bons, médios ou fracos.

Indivíduos considerados público alvo da educação especial apresentam, normalmente, impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que, em interação com diversas barreiras, podem restringir sua participação efetiva na escola e na



sociedade. Dessa maneira, como a professora possui em sala de aula alunos em diversos níveis de aprendizagem ela procura avaliar esses dois alunos utilizando-se de uma avaliação diferenciada, que permite avaliar o desempenho dos alunos bem como suas necessidades. Sabendo que este é o princípio da educação inclusiva atender a cada um levando em conta suas especificidades.

Partindo dessa ideia Teixeira e Nunes (2010, p.24) enfatizam que:

A ideia de uma sociedade inclusiva se fundamenta em uma filosofia que reconhece e valoriza a diversidade, como característica inerente à constituição de qualquer sociedade. Partindo desse princípio e tendo como horizonte o cenário ético dos direitos humanos, sinaliza-se a necessidade de se garantir o acesso e a participação de todos a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo.

No sentido da inclusão as escolas precisam ter acessibilidade em vários aspectos, no caso de nosso estudo a acessibilidade da avaliação é um elemento imprescindível para que se efetive a inclusão dos alunos público alvo da educação especial na sala comum. Dessa forma, a avaliação da aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais precisa ser diferenciada a fim de que suas especificidades sejam levadas em consideração. Portanto os dados referentes à observação no que tange a essa categoria de análise nos mostra que essa professora utiliza critérios e procedimentos de avaliação diferenciados para atender as necessidades específicas dos seus dois alunos público alvo da educação especial.

#### **-Dificuldades que os professores da sala comum manifestam em avaliar os alunos público alvo da educação especial.**

Os dados obtidos através da observação em relação a essa questão demonstraram que essa professora apresenta dificuldades no que se refere à falta de clareza sobre quais os critérios e procedimentos de avaliação da aprendizagem a serem utilizados para avaliar os alunos público alvo da educação especial e também a falta de orientação por parte do Departamento de Educação Especial do município de Marabá/PA no que diz respeito a avaliação desses alunos.

Sabemos que essa dificuldade é enfrentada por muitos no âmbito escolar, principalmente na educação inclusiva, cujo princípio é de que todos aprendam juntos, assim muitos professores podem ficar inseguro ao avaliar o aluno com necessidades educacionais

especiais, uma vez que este possui em sua sala regular alunos em várias situações de desenvolvimento.

Dessa forma, muitos professores precisam saber de fato o que avaliar nesses alunos e como devem avaliar, assim necessitam de orientações acerca desse processo avaliativo que tanto tem sido alvo de inúmeros estudos, demonstrando o quanto se faz necessário que os departamentos responsáveis pela educação especial do município se atentem para esta questão, uma vez que a educação inclusiva preconiza que os alunos público alvo da educação especial sejam atendidos preferencialmente na rede regular de ensino, no entanto para essa educação ser de fato satisfatória tanto para o aluno, quanto para o professor, precisa-se de maiores atenções no que se refere ao aluno público alvo da educação especial que estar frequentando a sala comum.

Acreditamos que a escola precisa ter esses critérios claros a fim de subsidiar a prática dos professores, caso contrário ao invés de inclusão podemos estar praticando a exclusão. Cabe ressaltar que não acreditamos em simples recomendações técnicas como uma receita de bolo como bem enfatiza Teixeira e Nunes (2010, p.47), entretanto também é necessário propor e desenvolver ações que venham a modificar e orientar as formas de se pensar na própria inclusão.

É certo que a avaliação não corrige todos os malefícios da educação. No entanto, se conseguir desenvolver a capacidade crítica e de luta por uma sociedade mais equânime e democrática, já estaria assim cumprindo com o seu papel que corresponde obrigatoriamente ao grau de responsabilidade social na busca do exercício de uma boa cidadania e de atitudes de respeito e solidariedade, suscitando a capacidade crítica e de reflexão moral dos educandos, lembrando que o papel do sistema educacional não é servir exclusivamente aos interesses capitalistas, mas proporcionar conhecimentos e desenvolvimento humano, de modo que se diminuam as desigualdades de formação humana.

Em suma, mediante as dificuldades demonstradas pela professora regente da turma os dados nos revelam a constante necessidade que há em orientar os professores da sala comum no que diz respeito aos princípios da inclusão, destacando aqui a importância da avaliação da aprendizagem escolar no processo de escolarização desses alunos.

#### **-A reação dos alunos público alvo da educação ao serem avaliados**

Em relação a essa questão os dados nos revelam que os alunos público alvo da educação especial demonstravam-se contentes em participar das atividades propostas pela professora, o que nos permite ressaltar a importância da inserção desses alunos na rede regular

de ensino, onde podem se interagir socialmente com os demais e também terem acesso aos conteúdos curriculares destinados aos demais.

A inserção das crianças na rede regular de ensino é um direito garantido por lei, para tanto se faz necessário que haja articulações entre a escola, família e comunidade para que esse direito seja de fato garantido. Além disso, a inserção do aluno público alvo da educação especial na sala comum é muito importante no sentido de que pode favorecer o desenvolvimento de suas capacidades, podendo levar o aluno a um estágio mais complexo de interação, comportamento e funcionamento intelectual.

Diante do exposto acima, pode-se compreender o quanto se faz importante e necessário à inclusão dos alunos público alvo da educação especial na sala regular de ensino. Nesse sentido, a avaliação da aprendizagem quando praticada de forma que venha a cooperar com o desenvolvimento pleno do aluno público alvo da educação especial também se torna um fator elementar no processo da educação inclusiva.

#### ❖ Apresentação dos dados e análise da entrevista na Escola D

**QUADRO 11- DADOS DA ENTREVISTA DA ESCOLA D**

QUESTÕES ENUNCIADAS NO DECORRER DA PESQUISA	ESCOLA D
<p><b>Os professores utilizam os mesmos critérios e procedimentos para avaliar alunos público alvo da educação especial.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “Eu acredito assim quando a escola tem sala de recursos esse trabalho é voltado especificamente para o pessoal da sala de recurso”.</li> <li>• “Eu particularmente eu procuro ver o que tá sendo mais necessário pra se ajudar esse aluno a se desenvolver do que mesmo avaliar. Eu acredito, na minha opinião não deve ter esse critério de avaliação não. Porque primeiro tem que se resolver os problemas dos quais precisam ser</li> </ul>

	<p>vencidos”.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• “O meu critério é vê mais o que ele desenvolveu, dou mais esse respaldo para aquilo que precisou ser trabalhado ainda pra que ele viesse a se desenvolver ainda mais”.</li> </ul>
<p><b>Dificuldades que os professores da sala comum manifestam em avaliar alunos público alvo da educação especial.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “O professor esta apto a criar situações para fugir dos obstáculos”.</li> <li>• “O que eu acho que tem que ser revisto aí com urgência é um auxiliar para suprir essas necessidades porque as vezes a gente foge assim daquela atenção maior que deveria dar com aquele trabalho que a gente tá desenvolvendo com o aluno em sala porque nós temos outros níveis dentro da mesma sala”.</li> </ul>
<p><b>Acerca das orientações oferecidas pela SEMED sobre a avaliação da aprendizagem para os alunos público alvo da educação especial.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “Eu já tive curso, já tive aluno especial com problemas de surdez, então eu já tive, mas desde 2011, eu trabalhei com aluno especial e não tive, não tem tido”.</li> </ul>
<p><b>A aprendizagem dos alunos considerados público alvo da educação especial</b></p>	<p>“Desde que ele tenha um acompanhamento de recursos, que a família também supra essas necessidades, eu acho que eles vencem sim, tem como vencer”.</p>

**Fonte: Roteiro de Entrevista**

**-Os professores utilizam os mesmos critérios e procedimentos para avaliar a aprendizagem dos alunos público alvo da educação especial.**

De acordo com os dados da entrevista (quadro 09) em relação a essa questão a professora acredita que quando a escola possui sala de recurso esse trabalho de avaliação deve estar voltado para o pessoal que atua com a sala de recurso. No entanto, sabemos que se o aluno estar inserido na sala regular ele também precisa ser avaliado por esse professor.

Sendo assim, as Diretrizes Nacionais para educação especial na educação básica (BRASIL, 2001) asseguram que a escola regular ao viabilizar a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais deverá promover avaliação pedagógica no processo de ensino e aprendizagem, inclusive para a identificação das necessidades educacionais especiais e a possível indicação dos apoios pedagógicos necessários.

Ainda nesse sentido a professora ressaltou que sobre os critérios e procedimentos de avaliação ela sempre procura ver o que estar sendo mais necessário para o seu desenvolvimento do que propriamente avaliar esse aluno. Segundo ela não deve ter esses critérios de avaliação precisa-se primeiro resolver os problemas mais necessários.

Entretanto, percebemos que ao verificar qual a necessidade do aluno em um determinado momento, o que ele precisa para se desenvolver a professora já estar avaliando esse aluno e interindo no que é necessário. Nota-se então, uma certa falta de clareza por parte da professora de como deve ser a avaliação da aprendizagem dos alunos público alvo da educação especial.

Sabemos que todos nós somos diferentes um dos outros, dessa forma, os alunos considerados público alvo da educação especial não são iguais, possuem diferentes níveis cognitivos e de aprendizagens, assim cabe ao professor avaliar o desempenho desses alunos segundo as suas competências e habilidades, considerando também seus níveis de dificuldades, mas que em nenhum momento devemos deixar de avalia-los. De acordo com BRASIL (Saberes e Práticas da Inclusão, 2006, p.36).

A educação escolar é uma instância educativa que trabalha com o desenvolvimento do educando, estando atenta às habilidades cognitivas sem deixar de considerar significativamente a formação das convicções. Junto com o desenvolvimento das habilidades cognitivas, dão-se também, a formação de múltiplas convicções, assim como de habilidades motoras. A escola não poderá descuidar dessas convicções e habilidades.

### **-Dificuldades que os professores da sala comum manifestam em avaliar os alunos público alvo da educação especial.**

Em relação a essa questão a professora enfatiza que o professor deve estar apto a criar situações para fugir dos obstáculos, refletindo as várias dificuldades que os professores

encontram. No entanto, a professora ressaltou que uma das suas dificuldades no momento é a falta de um professor auxiliar, alegando que nem sempre pode oferecer uma atenção maior aos alunos público alvo da educação especial devido o fato de ter em sala de aula alunos em diferentes níveis de aprendizagem.

A dificuldade relatada pela professora é uma realidade da escola pública brasileira, salas superlotadas e com alunos público alvo da educação especial em diferentes níveis de desenvolvimento. Sabemos que uma sala com pelo menos dois professores seria de grande valia, o sentido de auxiliar e subsidiar a aprendizagem da turma como um todo e contribuir para a educação inclusiva.

Beyer (2010, p.31) fala da importância do sistema da bidocência, que de acordo com ele é a segunda condição importante para uma educação inclusiva, assim uma sala de aula inclusiva necessita de, no mínimo dois educadores, uma medida que segundo ele, não é econômica, precisando assim de um investimento financeiro, mas que julgamos necessário.

Quando uma sala tem um grupo de alunos relativamente homogêneo, em que suas condições de aprendizagem não se diferem significativamente, é suficiente um professor. Um “grupo homogêneo” (coloco entre aspas, pois falar de homogeneidade é um equívoco, já que não há grupo homogêneo, tratando de seres humanos ou de seres vivos) de alunos pode ser trabalhado por um único professor. [...] Uma classe inclusiva, ao contrário, é constituída por um grupo heterogêneo de alunos, onde há crianças com as mais variadas capacidades, e, também, necessidades. Pode-se afirmar que a classe inclusiva representa uma heterogeneidade desejada. Caso esta classe seja atendida por um único professor, ele conseguirá realizar a individualização do ensino com dificuldade. Para o trabalho docente no grupo heterogêneo se faz necessária à colaboração de um segundo educador.

Corroboramos com a ideia de Beyer (2010), pois sabemos que em uma sala de aula inclusiva os professores se deparam com diferentes alunos, cada um com uma especificidade que é própria de cada indivíduo. Dessa forma, percebemos que essa sala não é homogenea, sendo assim, na ideia desse autor apenas um professor não é o suficiente para atender a esses alunos no intuito de proporcionar uma educação de melhor qualidade que atenda os anseios de cada educando.

**-As orientações sobre avaliação da aprendizagem dos alunos público alvo da educação especial que a SEMED tem oferecido aos professores da sala regular.**

Em relação a essa questão foi possível constatar na fala dessa professora que a SEMED, mais precisamente o Departamento de Educação Especial, não tem oferecido aos professores da sala comum um referencial com orientações acerca de como devem proceder para avaliar a aprendizagem dos alunos público alvo da educação especial. A professora alega que já teve alguma formação, mas na área da surdez, no entanto enfatiza que desde 2011 ela está trabalhando com aluno especial em sua sala e que desde esse referido ano não tem tido formação.

Percebemos que a Secretaria de educação desse município não tem oferecido orientações relacionadas à avaliação da aprendizagem para os professores da sala comum, a fim de que esses professores possam estar cientes ao que avaliar e como avaliar os alunos público alvo da educação especial. Sabemos que a inclusão dos alunos público alvo da educação especial em salas de ensino regular é garantida por lei. A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (9.394/96) busca garantir esse direito de assegurar legalmente o ensino inclusivo, ou seja, garante o ensino e permanência dos alunos público alvo da educação especial nas salas regulares.

Sendo assim, os alunos público alvo da educação especial tem direito a educação que é oferecida para os demais, dessa maneira a avaliação da aprendizagem não deve ficar de fora desse processo, mas para que isso aconteça também é necessário que os professores das salas comuns que trabalham diariamente com esses alunos sejam orientados no sentido de oferecerem a esses alunos uma educação de qualidade.

As Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica (BRASIL, 2001) quando dispõem sobre a organização do atendimento na rede regular de ensino preconiza que os professores das classes comuns e da educação especial sejam capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos. Portanto percebe-se que os professores da sala comum precisam ser capacitados, todavia a referente pesquisa vem nos mostrando que essa não vem sendo a realidade do município de Marabá/PA, no que se refere aos cursos de formações para os professores da sala regular de ensino.

#### **-A aprendizagem dos alunos considerados público alvo da educação especial**

Essa questão às vezes parece muito intrigante para muitos professores, pois muitos chegam a pensar que por mais que o aluno público alvo da educação especial participe das aulas, aprenda conteúdos curriculares ele nunca irá desenvolver a aprendizagem de um dito

normal. Todavia essa professora acredita que isso seja possível, desde que se tenham recursos para tal. No entanto, ressaltamos o que já dissemos anteriormente que cada indivíduo apresenta as habilidades que tem capacidade de demonstrar, não sendo diferente com os alunos público alvo da educação especial.

Também não nos cabe dizer se aprende ou não, sabemos que pode variar muito de pessoa pra pessoa. Afinal de contas, como podemos dizer que o aluno não vai aprender? A nós não cabe essa incumbência, pelo contrário, cabe-nos oferecer os subsídios necessários para que esse indivíduo se desenvolva da melhor forma possível.



## Considerações Finais

Compreende-se que a função da avaliação da aprendizagem é fornecer informações sobre o processo pedagógico que permitam a equipe escolar poder tomar decisões acerca das intervenções e direcionamentos que se fazem necessários no processo educativo. Sendo assim, ela é um indicador para orientar a prática do professor no sentido de qual caminho deve ser percorrido para que o aluno obtenha os avanços significativos para sua aprendizagem.

A avaliação exige ações que visem à melhora do processo de ensino aprendizagem, caso isso não ocorra à avaliação não estar sendo utilizada para qualificar o aluno, mas sim para quantificar, dessa forma rotulando os alunos como bons, maus e péssimos. Quando utilizamos a avaliação da aprendizagem com esta finalidade acabamos por discriminar e conseqüentemente podemos contribuir para o processo de exclusão.

Como se trata de uma pesquisa por amostragem, compreendemos que a avaliação da aprendizagem dos alunos público alvo da educação especial na sala comum não tem sido tratada com prioridade por parte do departamento de educação especial do município de Marabá/PA, o que se torna algo muito sério a se pensar, uma vez que esses alunos necessitam ser avaliados na sala comum, pois a avaliação se torna um item de extrema relevância no contexto do processo de ensino aprendizagem.

Constatamos nesse estudo que a Secretaria Municipal de Educação de Marabá/PA em especial o Departamento de Educação não tem um referencial que oriente os professores da sala comum sobre quais os critérios e procedimentos para avaliarem os alunos público alvo da educação especial, o que tem dificultado bastante à ação do professor frente ao processo avaliativo desses alunos, logo os professores tem se mostrados inseguros sobre o que avaliar e como se proceder para tanto. Muitos têm avaliado da forma que pensam estar certa.

As dificuldades apresentadas tem se mostrado em relação à falta de formação dos professores da sala regular na área da educação inclusiva. A ausência de um referencial que orientam o professor em relação aos critérios e procedimentos de avaliação dos alunos público alvo da educação especial tem sido apresentada como um fator que dificulta o processo avaliativo, uma vez que esses professores apresentam dificuldades acerca da avaliação desse alunado.

Além disso, aparece também um fator bastante comum apresentado por muitos professores que é o caso das salas superlotadas o que tem dificultado a prática do professor da sala comum para com os alunos público alvo da educação especial, uma vez que este

professor também precisa atender aos demais que assim como o aluno público alvo da educação especial apresentam diferentes níveis de aprendizagem.

Verificamos que os alunos público alvo da educação especial que participaram da pesquisa reagiram positivamente à avaliação, apresentaram-se participantes das atividades avaliativas, demonstrando a importância da inserção dos alunos público alvo da educação especial na rede regular de ensino, bem como o potencial de aprendizagem que cada um desses alunos vem apresentando, mesmo com as limitações impostas pela deficiência.

Verificamos que apesar dos professores não terem os conhecimentos claros no que refere a avaliação da aprendizagem para os alunos público alvo da educação especial, a maioria deles não utilizam os mesmos critérios de avaliação para avaliar os alunos, além disso, os procedimentos são diferenciados. Preocupa-nos o fato de encontrar uma professora que pensa que o aluno público alvo da educação especial não precisa ser avaliado, que a sua inserção na rede regular de ensino tem unicamente o objetivo da interação social. Dessa forma consideramos importante a adoção de normas a fim de orientar o professor da sala regular sobre quais os critérios e procedimentos de avaliação para os alunos público alvo da educação especial.

Ressaltamos ainda que a falta de orientação ou até mesmo a falta de formação dos professores da sala comum na área da educação inclusiva, tem se tornado uma problemática, uma vez que os cursos de formação continuada é um elemento essencial para a inclusão dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação na rede regular de ensino. Observamos então, que o departamento de educação especial do município de Marabá/PA precisa orientar os professores da sala comum sobre os aspectos da avaliação da aprendizagem para os alunos público alvo da educação especial.

Além disso, constatamos que os cursos de formação continuada oferecidas pelo departamento de educação especial (DEE) do referido município estão voltados para os professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Percebemos então uma falha muito grande do DEE para com os professores da sala regular, logo os alunos público alvo da educação especial na sua maioria frequentam regularmente a sala regular e pelo menos duas vezes por semana frequentam o AEE no contraturno. Ressaltamos aqui que não estamos desmerecendo o AEE, nem tampouco os cursos de formações voltados para os professores do mesmo, pelo contrário, o Atendimento Educacional Especializado também é essencial no processo educativo desses alunos, bem como para o processo de inclusão. Todavia, a inclusão dos alunos público alvo da educação na rede regular de ensino vem sendo priorizada desde

1994 a partir da Declaração de Salamanca, o que significa dizer que há quase duas décadas luta-se por essa inclusão e de acordo com o que nos mostrou essa pesquisa o município de Marabá/PA ainda não tem cursos de formações na perspectiva da educação inclusiva voltados para os professores da sala comum.

Verificamos que alguns professores não acreditam no potencial de aprendizagem e desenvolvimento do aluno público alvo da educação especial. Já outros acreditam que se desenvolvam dentro de seus limites e possibilidades, mas também que precisam de estímulos e recursos necessários para tanto.

Consideramos que este trabalho foi relevante, no sentido de que ampliou nossos conhecimentos para as questões referentes à avaliação da aprendizagem dos alunos público alvo da educação especial. Acreditamos porém que a forma como vem sendo pensada e executada a avaliação da aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação no município de Marabá/PA precisa ser repensada, a fim de que possa oferecer subsídios para os professores da sala regular no que diz respeito à forma de avaliar esses alunos.

Foi possível percebermos as dificuldades que os sistemas de ensino revelam para atender as necessidades dos alunos público alvo da educação especial na sala regular, nesse sentido, a avaliação se destaca por ser um dos elementos do processo educativo, mas que as práticas voltadas para a mesma precisam ser revistas, a fim de oferecer uma educação mais significativa e de qualidade. Entendemos o quanto ainda precisa ser feito para se ter de fato uma educação inclusiva. As questões sobre a avaliação da aprendizagem precisam ser mais trabalhadas no município de Marabá/PA, no intuito de oferecer subsídios que orientem o professor da sala regular a planejar melhor suas avaliações, bem como tomar as decisões cabíveis a respeito da mesma quando necessário.

Sabemos que estamos diante do desafio de proporcionar uma educação inclusiva, mas sabemos que não é tarefa fácil, pelo contrário, muitos ainda não acreditam na inclusão, colocando sempre à frente dela os enormes obstáculos que a escola pública brasileira vem apresentando, os quais nós sabemos que são vários, inclusive, alguns deles foram discutidos no decorrer do trabalho, todavia precisamos romper ao máximo os obstáculos que estão a nossa frente, fácil sabemos que não é, porém só iremos conseguir se tentarmos. Destacamos que a educação inclusiva não é tarefa somente do professor, mas também da comunidade escolar, da família, da sociedade e do poder público.

## REFERÊNCIAS

BACKES, Dorimar Dal Bosco. **Avaliação do Processo Ensino Aprendizagem: Conceitos e Concepções**. Disponível em: [www.nre.seed.pr.gov.br](http://www.nre.seed.pr.gov.br). Acesso em: 01 de Junho 2013.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e Avaliação na Escola: de alunos com necessidades educacionais especiais**. 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 24 de Julho de 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2007. <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf>. Acesso em: 05 de Maio de 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação Especial. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e Práticas de inclusão: Avaliação para as Necessidades educacionais especiais**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 13 de Set de 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp>. Acesso em: 08 de Julho de 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de educação Básica. **Educação Especial e Avaliação na Escola Regular: caderno 01**. Curitiba, 2005. Disponível em: [www.cinpop.ufpr.br](http://www.cinpop.ufpr.br) Acesso em: 28 de Ago de 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Política e Práticas em Educação Especial. Espanha, 1994. Disponível em: [www.portal.mec.gov.br](http://www.portal.mec.gov.br). Acesso em: 28 de janeiro de 2013.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. MENDES, Enicéia Gonçalves. **Formação Continuada de Professores para a Diversidade**. Porto Alegre – RS, ano XXVII, n. 3 (54), p. 597 – 615, Set./Dez. 2004.

CARNEIRO, Maria Silva Cardoso. **Reflexões sobre a avaliação da aprendizagem de alunos da modalidade educação especial na educação básica**. Revista Educação especial v.25 n. 44 p. 513-530 set./dez. 2012.

DEPRESBITERIS, Léa. **O Desafio da Avaliação da Aprendizagem: dos fundamentos a uma proposta inovadora**. São Paulo: E.P.U, 1989.

FERNANDES, Lorena Barolo. SCHLESENER, Anita. MOSQUERA, Carlos. **Breve Histórico da Deficiência e seus Paradigmas**. Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia, Curitiba v.2, p.132 –144. 2011

GODOY, Arilda S. **Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. In: Revista de Administração de Empresas, v. 35, n.2, Mar./ Abr. 1995 p. 57-63.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva maria. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas , amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 1986.

MAZILLO, Ida, Beatriz Costa Velho. **Paralisia Cerebral**. Disponível em: [www.aedmoodle.ufpa.br](http://www.aedmoodle.ufpa.br).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 20ª ed. Petropolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MOROZ, Melania. **O processo de pesquisa: Iniciação**. Brasília: editora plano, 2002.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio. CAMPOS, Thaís Emilia. **Avaliação em educação especial: O ponto de vista do professor de aluno com deficiência**. Disponível em: [www.educa.fcc.org.br](http://www.educa.fcc.org.br). Acesso em: 24 de dezembro de 2012.

SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de orientação técnica. **Referencial sobre Avaliação da Aprendizagem na área da Deficiência Intelectual**. 2008.

SANTOS, Monalize Rigon. VARELA, Simone. **A Avaliação Como um Instrumento Diagnóstico da Construção do Conhecimento nas Series Iniciais do Ensino Fundamental**. *Revista eletrônica de educação*. v.1, n. 01, ago/dez. 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ° ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TEIXEIRA, Josele. NUNES, Liliane. **Avaliação inclusiva: a diversidade reconhecida e valorizada**. Rio de Janeiro: editora Wak, 2010.

VIANNA, Heraldo Marelim. **Pesquisa em Educação: a observação**. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

VELTRONE, Aline Aparecida. MENDES, Enicéia Gonçalves. **A Formação Docente na Perspectiva da Inclusão**. IX congresso estadual paulista sobre formação de educadores – 2007 Unesp - universidade estadual paulista - pro-reitoria de graduação.

## **BIBLIOGRAFIA CONSULTADA**

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **Programa de formação continuada De professores na educação especial**. Educação especial: história, etiologia, Conceitos e legislação vigente. Bauru, 2008. Disponível em: [www.fc.unesp.br/educacaoespecial](http://www.fc.unesp.br/educacaoespecial). Acesso em: 26 de Dez de 20123.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. Saberes e Prática da Inclusão: **Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais**. Disponível em: [portal.mec.gov.br/seesp](http://portal.mec.gov.br/seesp). Acesso em: 26 de Nov de 2013.

BERTUCCI, Janete Lara de Oliveira. **Metodologia básica para elaboração de Trabalhos de conclusão de Cursos (TCC): ênfase na elaboração de TCC de pós-graduação Lato Sensu**. São Paulo: Atlas, 2008.

FERNANDES, Tereza Liduina Grigório. VIANA, Tania Vicente. **Alunos com necessidades educacionais especiais (NEEs): avaliar para o desenvolvimento pleno de suas capacidades**. Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 20, n. 43, maio/ago. 2009.

Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. **Referencial sobre Avaliação da Aprendizagem na área da Deficiência Intelectual**. São Paulo, 2008. Disponível em: [www.portalsme.prefeitura.sp.gov.br](http://www.portalsme.prefeitura.sp.gov.br) Acesso em: 26 de junho de 2012.

ROMERO, Rosana Aparecida Silva. SOUZA, Sirleine Brandão de. **Educação Inclusiva: Alguns Marcos Históricos que Produziram a Educação Atual**. Disponível em: [www.pucpr.br/eventos](http://www.pucpr.br/eventos). Acesso em: 08 de Julho de 2013.

## APÊNDICES



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS DE MARABÁ  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**OS CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA SECRETARIA  
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SEMED) PARA AVALIAR A APRENDIZAGEM  
DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO  
DESENVOLVIMENTO, ALTAS HABILIDADES E SUPER DOTAÇÃO NO  
MUNICÍPIO DE MARABÁ/PARÁ**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA DIRECIONADO A COORDENADORA DO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DO MUNICÍPIO DE  
MARABÁ/PARÁ**

- 1- Faça uma breve apresentação abordando seu histórico de vida profissional.
- 2- Existe alguma norma específica que a SEMED tem utilizado que organize os critérios e procedimentos de avaliação da aprendizagem que para os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades/superdotação?
- 3- Esses critérios e procedimentos estão baseados em que aporte teórico e em quais documentos legais?
- 4- De que maneira os professores do município de Marabá tem reagido a essa proposta de avaliação?
- 5- A SEMED tem oferecido cursos de formação para os professores da rede pública de Marabá para discutir a avaliação dos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades/superdotação ? De que forma são oferecidos?
- 6- Quantas escolas municipais há em cada núcleo?
- 7- Qual a incidência de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação nas escolas do município? Existem esses dados por escola?

**ROTEIRO DE ENTREVISTA DIRECIONADO AOS PROFESSORES DAS SALAS REGULARES DAS 05 (CINCO) ESCOLAS SELECIONADAS NO NÚCLEO CIDADE NOVA**

- 1ª). Faça uma breve apresentação abordando seu histórico de vida profissional.
- 2ª) Vocês professores recebem alguma regra específica da SEMED, que define quais os critérios e procedimentos a serem adotados para avaliar a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e super dotação na sala comum.
- 3ª) Como você pensa que deve ser a avaliação da aprendizagem para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação ?
- 4ª) Descreva de que maneira você avalia os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação?
- 5ª) A SEMED tem oferecido cursos de formação em educação inclusiva? De que forma são oferecidos?
- 6ª) Quais são as dificuldades que você enquanto professor da sala comum encontra em avaliar os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e super dotação?
- 7ª) Na sua opinião os alunos que apresentam deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, conseguem ter o mesmo nível de aprendizagem dos “ditos normais”.

## **Protocolo de Observação**

1ª) Observar se os professores utilizam os mesmos critérios e procedimentos para avaliar alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, que usam com os ditos normais.

2ª) Observar se os professores manifestam dificuldades em avaliar os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação e em caso positivo, quais são as dificuldades apresentadas.

3ª) Observar de que maneira os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação são avaliados.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**COLEGIADO DO CURSO DE PEDAGOGIA**

**Termo de Consentimento Informado**

**Apresentação do estudo:**

A presente pesquisa tem por objetivo verificar de que maneira vêm sendo desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação de Marabá-Pará os critérios e os procedimentos de avaliação da aprendizagem escolar para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação no Município de Marabá/Pará, bem como identificar as dificuldades dos professores da sala comum no que diz respeito ao processo da avaliação da aprendizagem de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação.

Esta pesquisa é parte do Trabalho de Conclusão de Curso, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Pará, sob a orientação da Professora Msc. Vanja Elizabeth Costa Oliveira.

**Sobre a participação das professoras na pesquisa:**

Os professores participarão da pesquisa por meio de entrevistas. As entrevistas serão gravadas para fins educacionais expressamente mencionados acima.

**Sobre os cuidados éticos:**

A participação nesta pesquisa não oferece nenhum risco ou prejuízo à pessoa entrevistada. Se no decorrer da pesquisa o professor participante resolver não mais continuar, terá toda a liberdade de fazê-lo, sem que isso lhe acarrete qualquer dano.

Como pesquisadora me comprometo em esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida ou atender qualquer necessidade de esclarecimento que eventualmente o/a participante venha a ter no momento da pesquisa ou posteriormente.

Após termos sido devidamente informados de todos os aspectos desta pesquisa e termos sido esclarecidos de todas as nossas dúvidas. Declaro que tenho ciência e que concordo que o rosto poderá ficar visível, portanto reconhecível nas fotos a serem publicadas. Por fim, renuncio a quaisquer direitos relacionados à presente autorização para uso e publicação das imagens.

Eu, \_\_\_\_\_ (nome legível).

Assinatura da pesquisadora \_\_\_\_\_

Marabá \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

## **ANEXOS**

**Documentos Cedidos pelo Departamento de educação especial (SEMED)**

## TERMO DE RESPONSABILIDADE

O Departamento de Educação Especial, coordenado por Ingrid Fernandes, cedeu uma documentação para a estudante Renilda Moraes de Carvalho da turma de pedagogia 2009 UFPA, com o objetivo de ser usada apenas para pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso TCC, não podendo ser usado para outros fins.

*Renilda Moraes de Carvalho*

LISTA DAS ESCOLAS DA CIDADE NOVA QUE POSSUEM SALA DE RECURSO E O TOTAL DE ALUNOS POR ESCOLA

Pólo	Escolas	Manhã	Tarde	Total
Cid. Nova	Basílio Miguel	-	13	13
	<i>Ida Valmont</i>	20	22	42
	Heloísa de S. Castro	13	16	29
	Avanir T. Ramos	20	15	35
	Raimundo José de Sousa	09	21	30
	Maria das Graças	07	16	23
	<del>✗</del> Tereza de Jesus			
	<del>✗</del> Cora Coralina			

As escolas Tereza de Jesus e Cora Coralina inauguraram recentemente e ainda estão em processo de levantamento estatístico/ avaliação multidisciplinar dos alunos do AEE.



**PREFEITURA DE MARABÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**DIRETORIA DE ENSINO**  
**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL**



**RELATÓRIO DE OBSERVAÇÃO DAS NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS EM SALA COMUM**

I- Identificação do aluno

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Série: \_\_\_\_\_ Data de nascimento: \_\_\_\_\_

Instituição de ensino: \_\_\_\_\_

Repetência: Sim ( ) Não ( ) Fez Educação Infantil: Sim ( ) Não ( )

Período da observação: \_\_\_\_\_

Professores responsáveis pela observação: \_\_\_\_\_

II- Dados de observação:

Queixa principal (Relato do(s) professor(es): fatores que têm contribuído para as dificuldades dos alunos)

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Descreva as estratégias utilizadas para sanar as dificuldades e defasagens encontradas ( intervenções realizadas pelo(s) professor(es) e equipe pedagógica):

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

III- Área do comportamento, desenvolvimento e habilidades

- Relaciona-se bem com professores? Sim ( ) Não ( )
- Relaciona-se bem com os colegas? Sim ( ) Não ( )
- Apresenta Comportamento: ( ) agitado ( ) distraído ( ) assustado ( ) irritado ( ) apático ( ) triste ( ) agressivo ( ) calmo ( ) desatento ( ) autoritário ( ) tímido ( ) outros \_\_\_\_\_
- Possui autonomia? (comer, vestir, estudar) Sim ( ) Não ( )
- Qual a matéria mais gosta? \_\_\_\_\_
- Apresenta iniciativa? Sim ( ) Não ( )
- Frequência Escolar: Assídua? ( ) Sim Não ( ) Por quê? \_\_\_\_\_
- O(a) aluno(a) apresenta alguma dificuldade visual? Sim ( ) Não ( ) auditiva? Sim ( ) Não ( )
- Comunica-se com clareza e sequência lógica? Sim ( ) Não ( )
- Seu vocabulário e linguagem estão apropriados para sua idade? Sim ( ) Não ( )
- Necessita de ajuda na execução das tarefas? Sim ( ) Não ( )
- Realiza as atividades propostas no ritmo adequado? (inicia e termina no tempo previsto) Sim ( ) Não ( )
- Respeita regras e combinados? Sim ( ) Não ( )
- Possui consciência corporal? ( esquema corporal e conceitos) Sim ( ) Não ( )
- Apresenta coordenação motora global? Sim ( ) Não ( )
- O (a) aluno(a) apresenta orientação espaço temporal? ( identifica: perto, longe, frente, atrás, dias da semana, meses, ano, datas comemorativas, estado do tempo, acontecimentos importantes e etc) Sim ( ) Não ( )
- Concentra-se nas atividades? Sim ( ) Não ( )
- Apresenta memória e sequência lógica? ( retenção de conteúdos) Sim ( ) Não ( )
- O aluno(a) é capaz de expor suas ideias verbalmente, de forma clara, expondo seus argumentos? Sim ( ) Não ( )
- Interpreta textos, buscando as idéias principais? Sim ( ) Não ( )
- Produz textos coerentes, obedecendo uma sequência lógica? Sim ( ) Não ( )
- O(a) aluno(a) percebe a relação entre escrita e fala? Sim ( ) Não ( )
- Escreve de forma que possa ler, ainda que não escreva ortograficamente? Sim ( ) Não ( )
- Participa de eventos escolares? Sim ( ) Não ( )
- Contribui com projetos da escola? Sim ( ) Não ( )

Discorra sobre algum(s) aspecto(s) que não foi contemplado(s) e que você acredite ser importante na observação do aluno

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

### Plano individual de Atendimento Educacional Especializado

Aluno: ----- série/ano-----

Escola:-----

Escola da SRM:- -----

I- Principais aspectos observados no diagnóstico inicial do aluno (*observar o nível de desenvolvimento do aluno nos aspectos cognitivo como: leitura/escrita/raciocínio lógico/interpretação de textos etc.; no desenvolvimento emocional e social como: forma de interação com os colegas/ maturidade para resolver problemas/ autonomia etc.*):

II- Principais objetivos a serem trabalhados com o aluno (*deve está de acordo com a necessidade apresentada no diagnóstico*):

III- Principais áreas de desenvolvimento e atividades a serem trabalhadas com o aluno (*destacar áreas e respectivas atividades como, por exemplo: área cognitiva – atividade de leitura/ escrita/atividade com jogos/atividades de estímulo ao raciocínio lógico etc.; área da psicomotricidade - atividade de coordenação motora/ orientação corporal e temporal/lateralidade etc.*):

VI- Registro dos processos de adequações curriculares (*destacar quais os tipos de adequações necessárias como: adaptação de Acesso ao currículo – adequação do espaço físico/adequação de mobiliários/adequação de recursos pedagógicos/adequações na organização da sala de aula e adequações no currículo – adequações nos objetivos/ adequações nos conteúdos e nos processos avaliativos*):

V- Aspectos observados na avaliação final do aluno (*destacar os avanços do aluno em relação ao que foi proposto e trabalhado com ele, destacando o que precisa ser mais reforçado no ano seguinte*):

VI- Registrar qual o Parecer pedagógico da equipe escolar (da classe comum) concernente à situação final do aluno se promovido ou retido:

VII- Outras observações:

---

Professor (es) do AEE

Marabá, ----/----/----.

Ficha de registro dos atendimentos

Aluno \_\_\_\_\_

Atendi- mento Dia/mês	Atividade realizada	Avaliação (registrar o desempenho na realização da atividade: se concluiu, não concluiu se fez de acordo com comando dado, se teve dificuldade, se fez sozinho ou precisou de intervenção etc.)



PREFEITURA DE MARABÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
DIRETORIA DE ENSINO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

EMEF \_\_\_\_\_

Aluno: \_\_\_\_\_

Data: \_\_/\_\_/\_\_

**OBS: Em caso de alunos do segmento de 5ª a 8ª série, os professores devem discutir o desempenho geral do aluno nas diversas disciplinas e construir apenas um relatório.**

### **Relatório do processo avaliativo do Aluno com deficiência matriculado na Rede Regular de Ensino**

Somos sabedores que é possível que nem todos os alunos com deficiência atinjam todos os objetivos propostos para a turma, mas isso não deve ser empecilho para a sua progressão, existem outros fatores relevantes e determinantes que precisam ser também avaliados. Os Parâmetros curriculares nacionais série "Adaptações curriculares", 1998, resolução do CNEB Nº 02 de 2001 e a resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, que traça diretrizes curriculares/operacionais para a Educação Especial, asseguram às escolas que façam adaptações curriculares ao aluno que não conseguir alcançar o currículo comum. Desta forma, temos que avaliar o que propomos a ensinar, ou seja, devemos comparar as condições iniciais e finais, quais os ganhos (a porcentagem atingida com objetivos e conteúdos propostos e trabalhados com o aluno). Desta maneira, para definir se o aluno com deficiência deve progredir ou não para outras séries, **é preciso pensar que ganhos teriam caso ele permaneça na mesma série ou que ganhos teria caso progreda com a turma.**

- 1- Avaliação inicial (descrever sucintamente como o aluno se encontrava no início do ano letivo nos aspectos: comportamental/ interação com os colegas/ autonomia e maturidade para resolver problemas e conflitos/ nível de aprendizado nos conteúdos curriculares e outros)

2- Avaliação Final (Descrever sucintamente se houve, ou não, avanços nos aspectos citados anteriormente).

3- Descrever os critérios/ aspectos utilizados na avaliação final (promoção/ retenção) do aluno. Tais como: Assiduidade nas aulas, participação nas atividades, relação com os colegas, histórico de repetência, distorção idade/ série, intensidade das limitações impostas pela deficiência e pelo ambiente escolar, frequência no Atendimento Educacional Especializado e outros.

Assinatura da equipe pedagógica responsável pelo relatório

---

## Alunado 2013

## Pólo Cidade Nova

Heloísa de S. Castro

SR

<b>Manhã</b>		
Escola do ER	Deficiência	Recebe benefício
Elinda de Souza Costa APAE	Síndrome de Down	Passe Livre
Heloísa de S. Castro	Retardo Mental Moderado F.71	-
Heloísa de S. Castro APAE	Atraso Neuropsicomotor, Retardo Mental, dificuldade na fala e marcha G.80/F.71	Passe Livre
Heloísa de S. Castro APAE	Suspeita de Esquizofrenia	-
Heloísa de S. Castro	DAP	-
Heloísa de S. Castro	DAP	Bolsa Família
Heloísa de S. Castro	DAP	-
Prof <sup>o</sup> Raimundinho APAE	F81.9/ F80.1/ F80	Passe Livre BPC
Heloísa de S. Castro	Síndrome de Down	Passe Livre BPC
Heloísa de S. Castro	DAP	-
Heloísa de S. Castro APAE	Paralisia Cerebral	Passe Livre/ BPC
Heloísa de S. Castro	Atraso Neuro-Psicomotor	-
Heloísa de S. Castro APAE	Síndrome de Down	BPC
Heloísa de S. Castro	F.81.3/G.80.0	Não
Heloísa de S. Castro	DF, DI	-
Francisco Sousa Ramos	F.70	-
José Rodrigues da Guia	DI	Bolsa Família
Elinda de Souza Costa	G.80/F.71	-
Josineide Tavares	DAP	-
Prof <sup>o</sup> Raimundinho	-	Não
Elinda de Souza Costa/APAE	Suspeita de DI	Bolsa Família
Deuzuíta Melo/APAE	F.72	-
Heloísa de S. Castro	G.40.3/F.72	-
Heloísa de S. Castro	DF, Baixa Visão	INSS
Josineide Tavares	Suspeita de DI	Bolsa Família
Heloísa de S. Castro	-	Bolsa Família
Heloísa de S. Castro	DF	-
Heloísa de S. Castro	940.8/ F 70	-

## Avanir Tenório

			Tarde
01	AVANIR	DI	Bolsa Família
02	AVANIR	DI	não
03	AVANIR	DAP	não
04	AVANIR	DI	Bolsa Família
05	AVANIR	DI	não
06	AVANIR	-	Bolsa Família
07	AVANIR	DAP	Bolsa Família
08	AVANIR	DAP	Passé Livre ?
09	AVANIR	DAP	Não
10	ELCIONE	DAP	Bolsa Família
11	JOSÉ DA GUIA	DAP	Não
12		DI	Passé Livre/BPC
13	JOSÉ DA GUIA	DAP	não
14	AVANIR	DI	não
15	AVANIR	DI	-



Raimundo José de Souza	DAP	-
Maria Amélia	Síndrome de Down	-
Maria Amélia	DAP	-
Josineide Tavares	DAP	
NEI Alzira Boa Vista	Autista	-
NEI Monteiro Lobato	TDAH	
Síndrome de Down	São Francisco	
DI	Irmã Teodora	
DAP	Irmã Teodora	
DMU	Irmã Teodora	BPC
DI	Irmã Teodora	

**Maria das Graças**

				Manhã
Nº	Escola do ER	Deficiência	Recebe benefício	
01	Maria das Graças APAE	Síndrome de Down	BPC	
02	Maria das Graças	DAP	Não	
03	Maria das Graças	DAP	Não	
04	Maria das Graças	DI		
05	Maria das Graças	DAP	Não	
06	Irmã Teodora	Retardo Mental		
07	Maria das Graças	DAP	não	
01	Maria das Graças APAE		BPC	
02	Maria das Graças	DAP	Não	
03	Maria das Graças	DAP	Não	
04	Raimundo J. de Sousa	DAP	Não	
05	Maria das Graças APAE			
06	Cristo Rei	TDAH	Não	
07	Cristo Rei	DAP e dificuldade na fala	Não	
08	Cristo Rei	DAP e dificuldade na fala	Não	
09	Cristo Rei	DAP e dificuldade na fala	Não	
10	Maria das Graças APAE	DI		
11	Cristo Rei	DI	Não	
12	Maria das Graças APAE	Síndrome de Down	Sim	
13	Maria das Graças	DAP	Não	
14	NEI Alzira Boa Vista		Não	
15	Maria das Graças		Não	
16	Maria das Graças	DAP	Não	

08	Ida Valmont	DV	
09	Anísio Teixeira	DI	
10	Francisco Souza Ramos	PC	
11	NEI Monteiro Lobato	DMU	
12	Comunidade	Síndrome de Down	
13	Paulo Freire	DI	
14	Tereza de Jesus	PC	
15	Geraldo Veloso	PS	
16	Comunidade	autista	
17	Ida Valmont	DI	
18	Heloísa de Sousa Castro	PS	
19	Profº Raimundinho	hiperatividade	
20	comunidade	DI	
01	Ida Valmont	DI	
02	Tereza de Jesus	DI	
03	Ida Valmont	DI	
04	Profº Raimundinho	DI	
05	Profº Raimundinho	DI	
06	Ida Valmont	Hiperatividade	
07	Profº Raimundinho	DI	
08	Tereza de Jesus	DAP	
09	Geraldo Veloso	PS	
10	Profº Raimundinho	OS	
11	Profº Raimundinho	DI	
12	Geraldo Veloso	PS	
13	Ida Valmont	DAP	
14	Geraldo Veloso	PC	
15	Ida Valmont	hiperatividade	
16	Ida Valmont	DI	
17	Geraldo Veloso	PC	
18	Ida Valmont	DAP	
19	Ida Valmont	DI	
20	Francisco Sousa Ramos	DI	
21	Paulo Freire	DI	
22	Profº Raimundinho	-	

## Basílio Miguel

			Tarde
Nº	Escola do ER	Deficiência	Recebe benefício
01	Basílio Miguel	DI-triado semed	
02	Basílio Miguel	DI-triado escola	
03	Basílio Miguel	DI-triado escola	
04	Basílio Miguel	DI-triado semed	
05	Basílio Miguel	DI-triado escola	
06	Basílio Miguel	DI-triado semed	
07	Basílio Miguel	DI-triado semed	
08	Basílio Miguel	DI-triado semed	
09	Basílio Miguel	DI-triado escola	
10	Basílio Miguel	DI-triado escola	
11	Basílio Miguel	DI-triado semed	
12	Ney Romary	DI-triado semed	
13	Basílio Miguel	DI-triado semed	

## Ida Valmont

			Manhã
Nº	Escola do ER	Deficiência	Recebe benefício
01	Profº Raimundinho	DI	
02	Ida Valmont	DI	
03	São Francisco	Síndrome de Down	
04	Ida Valmont	Ida Valmont	
05	-	DI	
06	Arthur Guerra	DI	
07	Ida Valmont	DI	